

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE**  
**RIBEIRÃO PRETO**

CAROLINE ALVARENGA DE CARVALHO

**SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PESSOAL:**

**Proposta de ferramentas de gestão financeira pessoal com base em finanças  
corporativas.**

Ribeirão Preto  
2015

Prof. Dr. Marco Antonio Zago  
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Profa. Dra. Sonia Valle Walter Borges de Oliveira  
Chefe de Departamento de Administração / FEA-RP

**CAROLINE ALVARENGA DE CARVALHO**

**SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PESSOAL:**

**Proposta de ferramentas de gestão financeira pessoal com base em finanças corporativas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Finanças

Orientador: Prof. Dr. Alberto Borges Matias

Ribeirão Preto  
2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

Carvalho, Caroline Alvarenga de

Sustentabilidade financeira pessoal: proposta de ferramentas de gestão financeira pessoal com base em finanças corporativas. Ribeirão Preto, 2015.

97 p.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Finanças.

Orientador: Borges Matias, Alberto.

1. Finanças pessoais. 2. Gestão financeira pessoal. 3. Planejamento estratégico pessoal. 4. Contabilidade pessoal. 5. Sustentabilidade financeira pessoal.

**CAROLINE ALVARENGA DE CARVALHO**

**SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PESSOAL:**

**Proposta de ferramentas de gestão financeira pessoal com base em finanças corporativas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto como requisito para a obtenção do título de Bacharelado em Administração, sob a orientação do Prof. Dr. Alberto Borges Matias, aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Alberto Borges Matias

MEMBRO: \_\_\_\_\_

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy

MEMBRO: \_\_\_\_\_

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sonia Valle Walter Borges de Oliveira

Ribeirão Preto  
2015

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, aos meus pais, à Camila, ao Ricardo, aos meus avós, aos meus amigos, ao Prof. Alberto Matias e aos demais professores envolvidos, agradeço pelo apoio e confiança em mim depositados.

## RESUMO

CARVALHO, Caroline Alvarenga de. **Sustentabilidade financeira pessoal: proposta de ferramentas de gestão financeira pessoal com base em finanças corporativas**. 2015. 97 p. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

Em virtude da grande relevância da atuação da pessoa física no Sistema Financeiro, bem como no desenvolvimento econômico do país, é importante que esta atue de forma planejada, contribuindo para um ciclo financeiro sustentável. Neste trabalho foram abordados assuntos tais como comportamento financeiro da pessoa física, macroeconomia, sistema financeiro, matemática financeira, contabilidade e planejamento estratégico, evidenciando a complexidade do ambiente no qual a pessoa física está inserida, bem como as diversas variáveis macroeconômicas podem afetá-las. Tal estudo é classificado como uma pesquisa exploratória com delineamento bibliográfico e, para seu desenvolvimento, foram selecionados materiais acadêmicos tidos como referência nacional e/ou internacional em Finanças Corporativas e, a partir daí, adaptou-se a teoria à realidade da pessoa física, de acordo com as possibilidades e limitações de cada caso. Como resultado, este trabalho propõe ferramentas de gestão financeira pessoal, com base em ferramentas de gestão financeira corporativa, relacionadas ao controle e ao planejamento estratégico, visando sustentabilidade financeira pessoal.

**Palavras-chave:** Finanças pessoais. Gestão financeira pessoal. Planejamento estratégico pessoal. Contabilidade pessoal. Sustentabilidade financeira pessoal.

## ABSTRACT

CARVALHO, Caroline Alvarenga de. **Personal financial sustainability**: proposal for a personal financial management tool based on corporate finance. 2015. 99 p. Monografia (Graduação em Administração) – School of Economics, Business Administration and Accounting at Ribeirão Preto (FEARP/USP) University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

Due to the great relevance of the performance of the physical person in the Financial System, as well as in the economical development of the country, it is important that such person acts in a planned way, contributing for a sustainable financial cycle. In this work we have discussed subjects such as financial behavior of the physical person, macroeconomics, financial system, accounting and strategic planning, showing the complexity of the environment in which the physical person is inserted, as well as how the many macroeconomic variables can affect them. This study is classified as an exploratory and bibliographic research and, for its development, academic materials taken were selected as national and/or international reference in Corporate Finance and, from there, adapted the theory to reality in according to the possibilities and limitations of each case. As a result, this paper proposes personal financial management tools, based on corporative financial management tools, related to the control and strategic planning, aiming personal financial sustainability.

**Keywords:** Personal finances. Personal financial management. Personal accounting. Personal financial sustainability.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Hierarquia das necessidades.....	16
Figura 2: Objetivos das pessoas ao longo da vida .....	18
Figura 3: Composição da receita em cada fase do ciclo de vida .....	19
Figura 4: Fluxo Circular de Renda .....	23
Figura 5: O Fluxo de Fundos.....	27
Figura 6: Previdência no Brasil .....	33
Figura 7: Entidades da previdência complementar.....	34
Figura 8: Interferências do governo na compra de moeda estrangeira.....	47
Figura 9: Fluxo de Caixa .....	60
Figura 10: Estrutura do Balanço Patrimonial .....	71
Figura 11: Equilíbrio do Balanço Patrimonial.....	71
Figura 12: Planejamento e Níveis Organizacionais.....	75
Figura 13: Formato geral do orçamento de caixa .....	77
Figura 14: Modelo de Planejamento Estratégico Pessoal.....	81
Figura 15: Avaliação Interna .....	82

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crédito/PIB .....	29
Gráfico 2: Composição das receitas do governo .....	44
Gráfico 3: Despesas do governo.....	44
Gráfico 4: Resultado do governo.....	45

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Decisões financeiras enfrentadas pelas famílias.....	15
Quadro 2: Estilos de lidar com dinheiro .....	20
Quadro 3: Papéis das famílias e empresas no mercado de bens e serviços .....	22
Quadro 4: Hipóteses atuariais.....	36
Quadro 5: Institutos de previdência.....	37
Quadro 6: Interferência da taxa Selic .....	41
Quadro 7: Fatores que interferem no M1 .....	43
Quadro 8: Atitudes do governo quanto à taxa de câmbio .....	46
Quadro 9: Órgãos normativos.....	50
Quadro 10: Entidades supervisoras .....	50
Quadro 11: Composição do Sistema Financeiro Nacional.....	51
Quadro 12: DRE Empresarial.....	73
Quadro 13: SWOT.....	84
Quadro 14: Objetivos, visão geral .....	85
Quadro 15: Balanço Patrimonial da Pessoa Física .....	86
Quadro 16: Grupos de Despesas.....	88
Quadro 17: DRE Pessoal .....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de juros percentuais e unitários .....	56
Tabela 2: Tabela SAC.....	65
Tabela 3: Tabela SAF.....	67
Tabela 4: Tabela SAM.....	68
Tabela 5: Sistema Price .....	69

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1	Comportamento Financeiro das Pessoas Físicas .....	15
2.1.1	Ciclo de Vida das Pessoas Físicas .....	17
2.1.2	Perfis Psicológicos da Pessoa Física.....	20
2.2	Conhecimento de Mercado Financeiro para Pessoa Física.....	20
2.2.1	A Macrofinanças nas Finanças Pessoais.....	20
2.2.2	Mercado de Bens e Serviços .....	24
2.2.3	Mercado de Trabalho .....	25
2.2.4	Mercado Financeiro .....	26
2.2.5	Mercado de Capitais .....	27
2.2.6	Mercado de Crédito .....	28
2.2.7	Mercado Monetário .....	32
2.2.8	Mercado Previdenciário.....	33
2.2.9	Mercado de Câmbio.....	37
2.2.10	Mercado Segurador.....	38
2.3	Políticas Macroeconômicas .....	39
2.3.1	Política Monetária.....	40
2.3.2	Política Fiscal.....	43
2.3.3	Política Cambial.....	45
2.3.4	Política de Rendas.....	48
2.4	Sistemas Financeiros .....	49
2.4.1	Sistema Financeiro Nacional .....	49
2.4.2	Sistema Financeiro Internacional .....	51
2.5	Cálculos para Finanças Pessoais.....	54
2.5.1	Cálculo de Juros.....	55

2.5.2	Determinando a taxa de juros .....	55
2.5.3	Juros Simples .....	56
2.5.4	Taxas proporcionais e taxas equivalentes .....	58
2.5.5	Representação gráfica da operação financeira.....	59
2.5.6	HP 12C.....	60
2.5.7	Juros Compostos .....	60
2.5.8	Taxas equivalentes .....	61
2.5.9	Taxa nominal, taxa efetiva e taxa real .....	63
2.5.10	Sistemas de amortização .....	64
2.6	Contabilidade .....	69
2.6.1	Balanço Patrimonial.....	70
2.6.2	Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) .....	72
2.7	Planejamento estratégico .....	74
2.8	Planejamento financeiro .....	76
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>78</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>80</b>
4.1	Ferramentas de Planejamento .....	81
4.2	Ferramentas de Controle.....	86
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>92</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Observa-se no meio corporativo o desenvolvimento e ampla aplicação de conceitos financeiros, sendo que estes estão cada vez mais integrados com as diversas áreas organizacionais, apresentando uma visão geral ao invés de preocupar-se apenas com lucros, a fim de buscar a sustentabilidade financeira.

É sabido que empresas e famílias desempenham papéis distintos no mercado, porém, dependentes e cíclicos. As empresas produzem bens e serviços utilizando os fatores de produção (trabalho, terra e capital), sendo estes de propriedade das famílias, ao passo em que as famílias consomem a produção disponibilizada no mercado, movimentando recursos econômicos por meio de compras e vendas. No mercado financeiro, empresas e famílias se misturam e são classificadas em agentes superavitários e deficitários, havendo um ciclo de recursos financeiros entre estes mediante agentes de intermediação. Dessa forma, nota-se a interdependência das famílias e empresas no funcionamento da economia.

O dinamismo da intermediação financeira em um país pode ser mensurado através de diversas variáveis, sendo uma delas a comparação entre as operações de crédito existentes e seu Produto Interno Bruto (PIB) e, segundo Schumpeter (1964) o crédito é, essencialmente, a criação do poder de compra que influenciará o fluxo econômico de um país.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (2015), a oferta de crédito em relação ao PIB no Brasil entre 2007 e 2014 vem aumentando, em média, 6% ao ano e, no que diz respeito ao crédito destinado às famílias (o crédito para pessoa física), a taxa média anual de crescimento é de 6,7%. Quanto ao mercado de capitais, o último levantamento realizado pela BM&FBOVESPA (2015) em junho/2015 mostra que apenas 7,1% dos investimentos são realizados por pessoa física. Por fim, de acordo com o IBGE (2010), cerca de 75% das famílias brasileiras sofrem dificuldades para chegar ao fim do mês com o orçamento que possuem.

Assim, percebe-se a fragilidade das famílias no que diz respeito à atuação financeira e, por consequência, na estabilidade do fluxo econômico. Em virtude de tais constatações, bem como a crescente procura pelas organizações por sustentabilidade financeira, é necessário que as famílias também busquem sustentabilidade e, um dos principais pontos é o aspecto financeiro.

De acordo com Araújo e Souza (2012), a importância cada vez maior da educação financeira é justificada pela necessidade do cumprimento dos deveres de cada cidadão para com a sociedade, já que pessoas educadas financeiramente planejam melhor suas compras e

cumprem seus compromissos financeiros. Neste sentido, a OCDE (2006) afirma que as pessoas estão cada vez mais sendo obrigadas a se preocuparem com sua renda no período de aposentaria ao invés de contarem com a ajuda do governo, sendo assim, é de grande importância que sejam educadas financeiramente.

Em virtude de tais constatações, o objetivo do presente trabalho é propor ferramentas de gestão financeira pessoal, baseado em finanças corporativas, visando proporcionar sustentabilidade financeira pessoal. Espera-se que este trabalho, em uma visão ampliada, contribua para o desenvolvimento econômico e social do país, pois:

Para as economias emergentes, os consumidores financeiramente instruídos podem ajudar a garantir que o setor financeiro contribua de forma eficaz com o crescimento econômico e redução da pobreza. Mas a educação financeira é também crucial para economias mais desenvolvidas, ajudando os consumidores a economizarem o suficiente para um rendimento adequado na aposentadoria, evitando altos níveis de dívidas e falências (OCDE, 2006, p.2).

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é propor ferramentas de gestão financeira pessoal com base em ferramentas de finanças corporativas.

Os objetivos específicos são:

- Apresentar o ambiente macroeconômico no qual a pessoa física está inserida;
- Apresentar a teoria utilizada em finanças corporativas e relacioná-la à realidade da pessoa física.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Comportamento Financeiro das Pessoas Físicas

De acordo com Gitman (2004), o termo Finanças pode ser definido como a arte e a ciência da administração do dinheiro, pois praticamente todos os indivíduos e organizações recebem, gastam ou investem dinheiro. Para Bodie e Merton (1999), finanças é o estudo da maneira como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo. Portanto, Finanças Pessoais é a parte das Finanças relacionada à gestão dos recursos financeiros da pessoa física.

Bodie e Merton (1999) resumiram em quatro tipos básicos as principais decisões financeiras que normalmente as famílias enfrentam (Quadro 1).

Quadro 1: Decisões financeiras enfrentadas pelas famílias

Decisões de consumo e poupança	Decisões de investimentos	Decisões de financiamento	Decisões de administração de riscos
Quanto de sua riqueza atual deve ser gasta em consumo e quanto de sua renda atual deve ser poupada para o futuro?	Como deve ser investido o dinheiro poupado?	Quando e como deve ser usado o dinheiro de terceiros para implementar planos de consumo e investimentos?	Como e em que termos devem-se procurar reduzir os riscos financeiros que enfrentam.

Fonte: Bodie e Merton (1999), adaptado pela autora.

Pode-se dizer que o comportamento financeiro de uma pessoa está relacionado à maneira como ela lida com esses quatro tipos de decisões apresentados no Quadro 1, ou seja, como administra suas receitas, que são os recursos monetários obtidos em certo período; suas despesas, os recursos sacrificados para obtenção de bens e serviços; poupança, a parte da receita não utilizada; por fim, seus investimentos, que são as aplicações de recursos com a expectativa de receber retornos futuramente.

Do ponto de vista empresarial, Marion (2003) diz que a Receita Bruta é aquela constituída pela venda de produtos e subprodutos, mercadorias e prestação de serviços, levando em conta todos os impostos cobrados do comprador e sem excluir as devoluções de mercadorias e abatimentos concedidos. Em Finanças Pessoais, é possível dizer que a Receita Bruta da pessoa física é formada por todas suas fontes de renda, como salários, aluguéis, rendimentos entre outros, sem nenhum desconto. A receita obtida serve como base para o planejamento financeiro pessoal na medida em que influencia a formação de despesas,

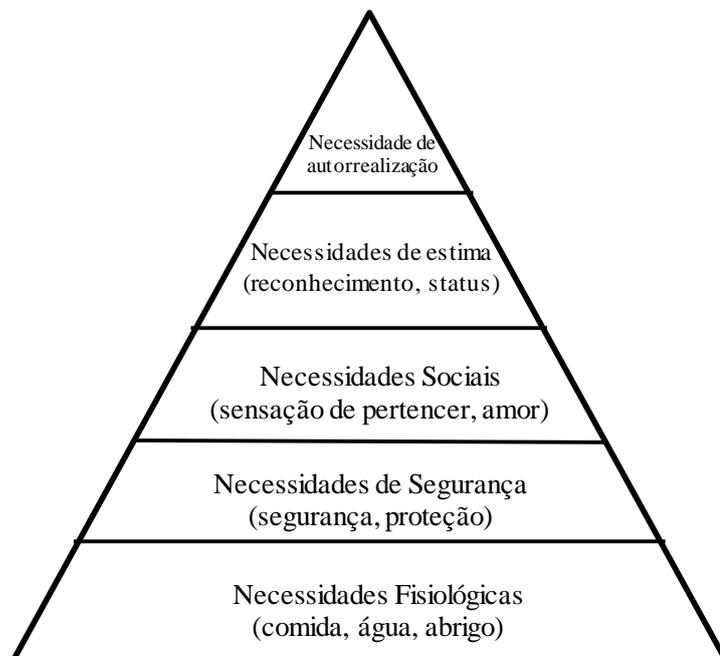
poupança e investimentos, pois é importante que estes sejam planejados de acordo com a quantidade de capital disponível.

O ponto-chave para um bom comportamento financeiro é a atitude em relação às despesas, sendo que o controle delas acarreta em mais recursos disponíveis para poupar e investir. As despesas estão ligadas ao consumo e às compras que, segundo Ferreira, Rocha e Silva (2012), atendem às necessidades mais básicas como alimentar, morar e vestir, até aos desejos mais altruístas, aqueles que não pertencem à esfera de necessidades fundamentais de sobrevivência.

Ferreira, Rocha e Silva (2012) afirmam que as compras são feitas para satisfazer necessidades, desejos e impulsos. O complexo processo de compra sofre interferências de estímulos sensoriais, memória seletiva e percepção e também da formação de atitudes e comportamentos. Esses autores destacam como disfunções do consumo individual a compra e o consumo compulsivos, ou seja, a busca desenfreada pela satisfação.

Kotler e Keller (2006) apresentam o modelo de Hierarquia de Necessidades de Maslow, uma das mais importantes teorias acerca da motivação humana, como uma escala de valores a serem superados pelo indivíduo, ou seja, as necessidades que norteiam o consumo e a compra em cada uma das etapas, conforme a Figura 1.

Figura 1: Hierarquia das necessidades



Fonte: Kotler e Keller (2006).

Maslow afirma que as necessidades humanas estão dispostas das mais urgentes para as menos urgentes: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais,

necessidades de estima e, por fim, necessidades de autorrealização. A tendência é que as pessoas satisfaçam as necessidades mais urgentes em primeiro lugar e, após satisfazê-las, tentarão superar as necessidades seguintes (KOTLER; KELLER, 2006).

Além destas motivações de compra – formação de despesas - o comportamento das pessoas em relação à administração da renda e ao costume de investir são influenciados por diversos fatores como a vivência familiar, busca de melhorias do padrão de vida e o perfil psicológico. A vivência familiar influencia, já que normalmente há uma tendência em reproduzir os padrões vividos e aprendidos na infância, enquanto a busca de melhoria do padrão de vida é justificada pela influência de parentes, amigos e até mesmo na imagem idealizada pela mídia (MARTINS, 2011). Além da influência familiar, o momento do ciclo de vida é outro influenciador.

Do ponto de vista das Finanças Pessoais, investimento é a aplicação de recursos com o objetivo de receber algum retorno futuramente.

Existem seis pontos principais que interferem na escolha por investimentos: objetivos, perfil do investidor, retorno, risco, liquidez e prazo do investimento. Assim, é preciso que o investidor analise os aspectos do investimento e opte por aquele que melhor se enquadra em seu perfil e objetivo.

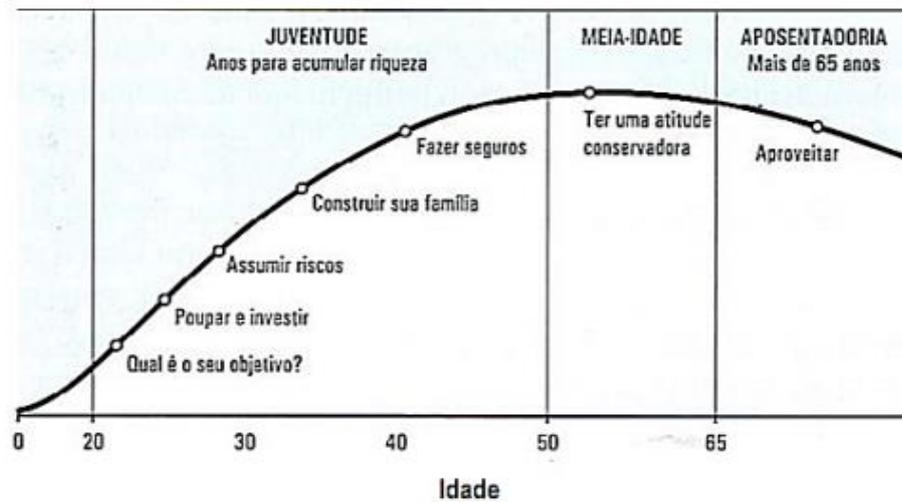
Por fim, a poupança que, segundo Andrezo e Lima (2007) é a quantia não consumida da receita. Estes autores afirmam que o indivíduo racional aceita trocar um poder de consumo certo, presente, por um poder de consumo no futuro e incerto, desde que haja a expectativa de que o consumo futuramente será mais expressivo que o consumo presente. É através do ato de poupar que é possível obter recursos para realizar investimentos.

### 2.1.1 Ciclo de Vida das Pessoas Físicas

O ciclo de vida de um ser vivo é conhecido como: nascer, crescer, reproduzir e morrer. Dessa forma em cada uma dessas fases da vida o comportamento, os interesses e as necessidades dos indivíduos se modificam e com isso a administração das finanças pessoais também deve evoluir.

Halfeld (2004) propõe um modelo com objetivos mais comuns das pessoas ao longo da vida e como isso impacta nas suas decisões financeiras, conforme a Figura 2.

Figura 2: Objetivos das pessoas ao longo da vida



Fonte: Halfeld (2004, p.17).

Normalmente, no início da juventude há o aprimoramento do aspecto financeiro e inserção à População Economicamente Ativa (PEA). Há criação de fontes de receitas, interesse em acumular reservas e, ao mesmo tempo, investe-se em capacitação profissional e arrisca-se em outros tipos de investimentos. Com base neste modelo, percebe-se que o comportamento financeiro está relacionado à poupança e aos investimentos, sendo que o consumo maior de bens é transferido para o futuro, evidenciando perspectivas de longo prazo.

Na fase da maturidade, o trabalho é mais bem remunerado, há construção da própria família e as ambições passam a ser diferentes: deseja-se obter a casa própria, um carro mais confortável, viagens mais distantes entre outros. Assim, percebe-se que nesta fase as despesas tornam-se mais expressivas, mas, ao mesmo tempo, a preocupação com a aposentadoria é grande e procura-se correr menos riscos em investimentos.

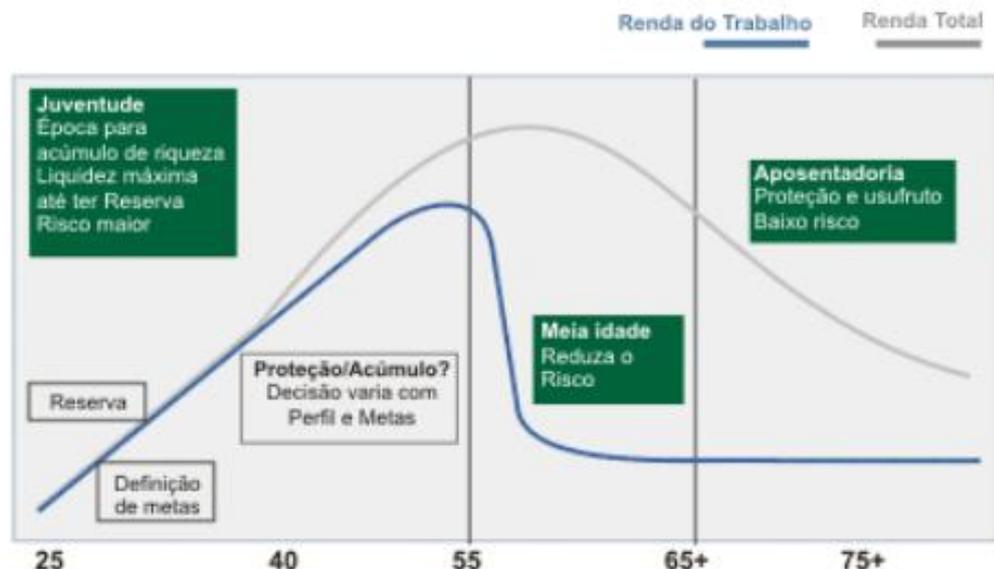
Na meia-idade as despesas costumam ser menores e os investimentos voltados à próxima fase, a da aposentadoria. Nesta última, deixa-se de fazer parte da PEA e há o desfrute da riqueza acumulada mantendo o padrão de vida alcançado. Essa fase é a que reflete o comportamento de uma vida toda em relação às finanças pessoais.

Um modelo complementar ao apresentado foi o elaborado pelo Infomoney (2011), que evidencia a composição da receita em cada fase do ciclo de vida e também alerta quanto à intensidade dos riscos. Neste modelo as receitas são divididas em renda de trabalho, aquelas obtidas de atividade profissional, incluindo salário, benefícios, 13<sup>a</sup> e bônus e em outras rendas, aquelas oriundas da posse de ativos, sejam eles financeiros ou não (juros de investimentos, em renda fixa, dividendos em aplicações em ações, aluguéis de imóveis ou

qualquer outra receita advinda de algum ativo). A diferença entre a curva de renda total e a curva de renda de trabalho é igual à receita obtida pelo “trabalho do dinheiro”, ou seja, é a renda extra gerada pelos investimentos.

A Figura 3 mostra que com o passar do tempo a renda do trabalho tende a subir até o momento da aposentadoria, como reflexo do crescimento profissional. Logo, a curva é crescente até o encerramento da carreira profissional, reduzindo de forma significativa devido início do recebimento dos benefícios da aposentadoria. Já as outras receitas crescem significativamente, pois o patrimônio começa a ser acumulado a partir dos 30 anos gerando mais recursos que, se somados à renda do trabalho, correspondem às receitas totais.

Figura 3: Composição da receita em cada fase do ciclo de vida



Fonte: Infomoney (2011).

Em relação às despesas, elas tendem a crescer rapidamente até os 25 anos, atingindo um patamar mais elevado na meia idade, devido à manutenção de despesas com os filhos e ao aumento do padrão de vida. Quando os filhos adquirem sua independência financeira, essas despesas tendem a cair, porém não atingem os patamares anteriores devido à manutenção do padrão de vida.

Não são apenas as receitas e despesas que variam ao longo do tempo, a necessidade de poupança vai se alternando no decorrer dos anos, permitindo que em determinadas fases da vida possam ser ideais para acumulação de reservas financeiras e serão estas reservas que diferenciarão a renda de diferentes pessoas após a aposentadoria. No entanto nem todos conseguem seguir esse padrão, pois apresentam diferentes características.

### 2.1.2 Perfis Psicológicos da Pessoa Física

O perfil psicológico das pessoas físicas descreve a maneira como elas lidam com o próprio dinheiro. É através desse comportamento que as pessoas poderão obter uma vida mais saudável financeiramente ou não. Segundo Pereira (2003), as pessoas lidam com o dinheiro de maneira distinta, conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Estilos de lidar com dinheiro

<b>Estilos</b>	<b>Características</b>	<b>Orientação no tempo</b>
ENTESOURADOR	Poupador ou “pão duro”. Tem medo de ficar sem dinheiro no futuro, assim, economiza em tudo que pode no dia a dia não usufruindo dos benefícios do dinheiro. É o estilo da maioria dos milionários que fizeram sua riqueza e tem medo de ficar pobre.	FUTURO
GASTADOR	Consumista ou “mão aberta”. Vive pensando no presente, sem muita preocupação com o futuro. Não possui um orçamento mensal, podendo se endividar.	PRESENTE
DESLIGADO	Não tem conhecimento de quanto ganha e de quanto gasta. Normalmente se torna dependente financeiramente dos outros. Dificilmente cria planos para o futuro.	PASSADO
EDUCADO FINANCEIRAMENTE	Entende que o dinheiro é meio de troca para facilitar a vida. Desfruta dele sem comprometer o futuro.	PASSADO + PRESENTE + FUTURO

Fonte: Pereira (2003), adaptado pela autora.

## 2.2 Conhecimento de Mercado Financeiro para Pessoa Física

### 2.2.1 A Macrofinanças nas Finanças Pessoais

A Macroeconomia é o estudo da economia como um todo e objetiva explicar como as mudanças nas variáveis econômicas afetam as famílias, as empresas e os mercados ao mesmo

tempo. Esse estudo envolve a renda das famílias, o nível dos preços, taxas de desemprego, índices de inflação, taxas de juros, câmbio e outros indicadores que demonstram o aquecimento ou recessão da economia (MANKIWI, 2005).

Em suma, Matias (2009) diz que:

A abordagem macroeconômica estuda o comportamento dos grandes agregados econômicos, como o produto interno bruto (PIB), o consumo privado (CP), a taxa de desemprego (TD), a taxa de juro e o consumo do governo. É o estudo das quantidades globais e das relações entre as mesmas, desinteressando-se dos comportamentos individuais. Através dessa abordagem, os economistas tentam estabelecer relações entre essas inúmeras variáveis, buscando compreender e prever os efeitos de intervenções sobre o futuro da economia. (MATIAS, 2009, p. 8)

O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período de tempo. É considerado uma medida de bem-estar econômico de uma sociedade e também uma forma de medir a riqueza de um país.

De acordo com Mankiw (2009), o PIB é composto por: consumo, investimentos, compras do governo e exportações líquidas. O consumo é formado pelas despesas das famílias com bens e serviços; os investimentos estão relacionados com a compra de bens que serão utilizados para obter mais bens e serviços futuramente; as compras do governo são os gastos com bens e serviços pelos governos de um país e as exportações líquidas são formadas pelas vendas ao exterior menos as compras de bens estrangeiros.

Apesar de utilizado como uma medida do bem-estar econômico de uma sociedade, críticos alegam que tal utilização é inadequada, uma vez que em seu cálculo não são consideradas medidas como saúde, qualidade da educação ou a felicidade. Os defensores, no entanto, alegam que países com PIB per capita elevados normalmente possuem melhor qualidade de vida, com bons serviços de saúde e educação, acrescentado ao alto nível cultural e um ambiente para desenvolvimento de aptidões, já que a preocupação com as necessidades básicas são menores (MANKIWI, 2005).

Para facilitar o entendimento sobre o funcionamento da economia, supõem-se uma economia de mercado na qual não há influências do governo e nem do comércio exterior. Esse modelo é conhecido por fluxo real da economia e os agentes econômicos são as famílias e as empresas. As famílias são donas dos fatores de produção (trabalho, capital e recursos naturais) fornecidos às empresas no **mercado dos fatores de produção**, enquanto as

empresas produzem bens e serviços com os fatores de produção disponíveis e os disponibilizam às famílias no **mercado de bens e serviços**.

Mankiw (2009) afirma que nesse modelo a economia é simplificada para existir apenas dois tomadores de decisões: as famílias e as empresas:

As empresas produzem bens e serviços usando insumos, como trabalho, terra e capital (prédios e máquinas), os quais são chamados fatores de produção. As famílias são proprietárias dos fatores de produção e consomem todos os bens e serviços que as empresas produzem. (MANKIW, 2009, p.24)

Conforme exhibe o Quadro 3, as famílias e empresas possuem duplo papel no mercado, ora sendo compradoras, ora vendedoras:

Quadro 3: Papéis das famílias e empresas no mercado de bens e serviços

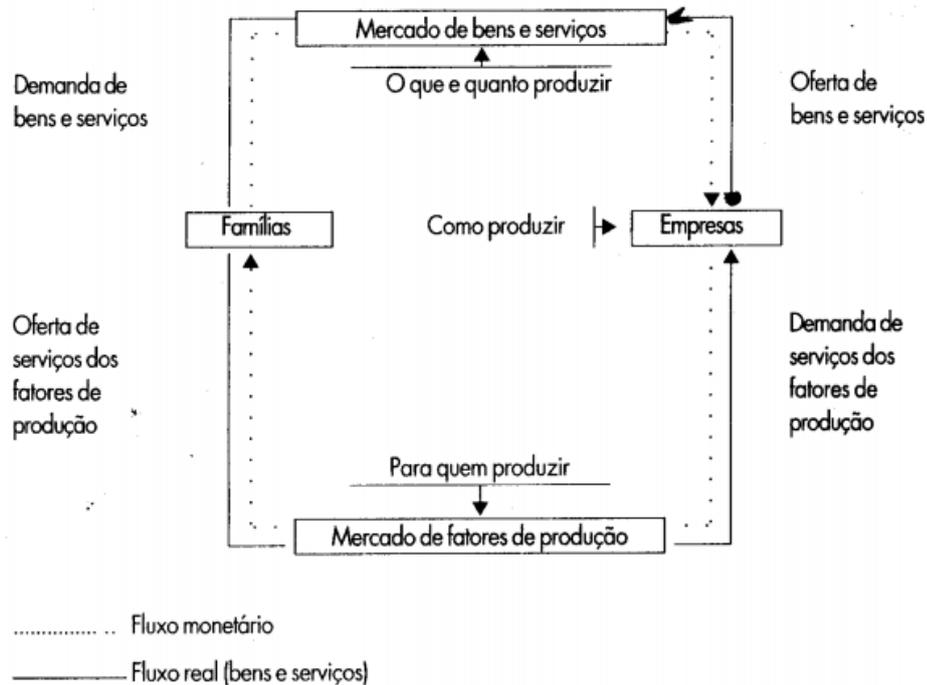
	Empresas	Famílias
Mercado de bens e serviços	Vendedoras	Compradoras
Mercado dos fatores de produção	Compradoras	Vendedoras

Fonte: Garcia e Vasconcellos (2003), adaptado pela autora.

Contudo, Garcia e Vasconcellos (2003) afirmam que o fluxo real da economia somente é possível com a existência da moeda. A moeda faz-se indispensável já que é utilizada para remunerar os fatores de produção e pagar pela compra dos bens e serviços adquiridos. Assim, tem-se paralelamente ao fluxo real, o fluxo monetário da economia.

Com a junção dos dois fluxos descritos, é obtido o seguinte esquema na Figura 4, denominado de fluxo circular ou fluxo circular de renda:

Figura 4: Fluxo Circular de Renda



Fonte: Mankiw (2009)

De acordo com Mankiw (2009), as forças que fazem com que as economias de mercado funcionem são chamadas de oferta e demanda e são elas que determinam a quantidade de bens a ser produzida e também o preço a ser cobrado. A demanda é expressa pela quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam e podem comprar, enquanto a oferta expressa a quantidade de um bem ou serviço que os vendedores estão dispostos e podem vender. Assim, o autor afirma que a oferta e a demanda estão ligadas ao comportamento das pessoas quando interagem entre si nos mercados.

No decorrer deste trabalho serão utilizados os termos oferta e demanda, assim, é importante que a definição destes esteja clara. Demanda está sempre relacionada a procura por algo, por exemplo, se a demanda por trabalho está alta, significa que há muitas pessoas procurando trabalho; se a demanda por um produto está baixa, é que poucas pessoas se interessam em obtê-lo. A oferta está sempre relacionada à disponibilidade de algo no mercado, por exemplo, se a oferta de trabalho está alta, mostra que há várias vagas de emprego a serem preenchidas; se a oferta de um produto está baixa, significa que há pouco dele sendo oferecido no mercado.

Outro ponto importante e que facilita o entendimento dos fatores que podem interferir nas Finanças Pessoais é conhecer a estrutura macroeconômica, ou seja, seus mercados de Bens e Serviços, de Trabalho e Financeiro.

### 2.2.2 Mercado de Bens e Serviços

Segundo Mankiw (2009), o mercado de bens e serviços é aquele em que as famílias compram produtos e serviços de suas necessidades que são vendidos pelas empresas. É nesse mercado que são determinados o nível de produção, bem como o nível geral dos preços.

A oferta de bens e serviços é o total da produção final disponibilizado à sociedade, conhecido como PIB, e é influenciada de acordo com a disponibilidade dos fatores de produção tais como mão de obra, capital, tecnologias entre outros. A demanda por esses bens e serviços é igual à soma do consumo das famílias, gastos das empresas com investimentos, gastos do governo e exportações líquidas (exportações menos importações).

A oferta é diferenciada entre oferta agregada potencial e oferta agregada real. A oferta agregada potencial é a produção máxima que é possível obter com todos os fatores de produção totalmente utilizados, é considerada constante no curto prazo e só é alterada se houver mudanças na capacidade produtiva. A oferta agregada real é aquela produção que efetivamente foi disponibilizada no mercado para consumo, mesmo havendo capacidade ociosa, e pode ser alterada em virtude de mudanças na demanda do mercado. Dessa forma, por ser a oferta agregada inalterável no curto prazo, as mudanças no nível de equilíbrio da renda e do PIB ocorrem devido às variações da demanda de bens e serviços:

Assim, numa situação de desemprego de recursos, a política econômica deve procurar elevar a demanda agregada, o que permitiria às empresas recuperar sua produção potencial e restabelecer os níveis de renda e emprego. Embora a elevação da demanda agregada possa se dar através de políticas que estimulem o consumo, o investimento privado e as exportações, Keynes enfatizava o papel dos gastos do governo para que a economia saia mais rapidamente da crise de desemprego (GARCIA E VASCONCELLOS, 2003, p.122).

Por influenciar o nível de equilíbrio da renda e do PIB no curto prazo, é importante conhecer de forma mais detalhada como os agregados macroeconômicos componentes da demanda se comportam. Garcia e Vasconcellos (2003, p.123) afirmam que “para o manejo de políticas macroeconômicas, torna-se necessário tentar estabelecer relações funcionais, de causa e efeito, entre os grandes agregados, isto é, que fatores afetam seu comportamento”. Assim, as autoridades econômicas terão uma melhor visão sobre como aplicar os instrumentos de política econômica e maior capacidade de prever o comportamento do mercado:

- Consumo: é influenciado principalmente pela renda e pelos impostos. A renda maior incentiva o consumo, entretanto, impostos elevados o desmotivam;

- Investimento: principal variável que explica o aumento da renda nacional, pois está relacionada aos investimentos que objetivam aumentar a capacidade produtiva. É determinado pela taxa de rentabilidade esperada do investimento e pela taxa de juros de mercado. Caso a taxa de juros de mercado seja superior à rentabilidade esperada do investimento, a tendência em aplicar os recursos no mercado financeiro pode ser maior que em bens de produção;
- Poupança: é a parte da renda nacional que não foi utilizada em consumo. A propensão marginal a poupar é a relação entre a variação da poupança e a variação da renda disponível, por exemplo, se a propensão marginal a consumir é de 0,2, significa que a cada aumento da renda, as famílias destinam 20% à poupança e 80% ao consumo. Garcia e Vasconcellos (2003) afirmam que estudos revelam que países mais desenvolvidos possuem propensão marginal a poupar maior que países em desenvolvimento;
- Gastos do governo: o governo faz suas escolhas de maneira exógena ao mercado, ou seja, não se comporta com a mesma regularidade que os consumidores ou empresas.

### 2.2.3 Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho está ligado à mão de obra em geral, independente de suas qualificações, sexo ou escolaridade, sendo que nele são determinados o nível de salários e o patamar de empregos. Garcia e Vasconcellos (2003) dizem que a demanda pela mão de obra depende de dois fatores: a taxa de salário real e o nível de produção desejado pelas empresas; enquanto a oferta depende do salário real e da evolução da população economicamente ativa. O equilíbrio nesse mercado ocorre quando a quantidade ofertada de mão de obra se iguala à quantidade demandada da mesma.

Em relação à demanda de mão de obra, Mankiw (2009) afirma que as empresas levam em conta a interferência do tamanho de sua força de trabalho na quantidade produzida e/ou o lucro que está sendo obtido com cada trabalhador a mais. Por exemplo, no caso da quantidade produzida, nem sempre funcionários a mais podem aumentar a produção na mesma proporção já que, caso não haja materiais, máquinas ou espaço suficientes, pode-se acarretar na diminuição da eficiência dos funcionários. O mesmo ocorre em relação ao lucro, pois a partir de certo nível de produção, nem sempre o lucro adicional obtido pelo trabalho de cada funcionário é positivo.

Segundo o autor, os fatores que podem aumentar ou diminuir a demanda pela mão de obra são o preço do produto e as mudanças tecnológicas. Se há aumento do preço de um produto, há também aumento do lucro adicional obtido por cada funcionário, aumentando a demanda por mão de obra; inversamente, com a queda nos preços, há redução da procura por mão de obra. As mudanças tecnológicas podem afetar positivamente a demanda por mão de obra qualificada enquanto afetam negativamente pela mão de obra pouco qualificada, haja vista a inserção de robôs no ambiente produtivo.

A oferta de mão de obra também é influenciada pela quantidade de tempo que as pessoas se dedicam ao trabalho em relação a outras atividades, como estudos e lazer (*tradeoff*). A oferta de mão de obra aumenta ou diminui em função das preferências ou atitudes em relação ao trabalho como, por exemplo, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho ocasiona aumento da oferta de mão de obra; mudanças nas oportunidades alternativas, tais como os trabalhadores de certa colheita migrando para outra devido ao aumento dos salários e a imigração, que aumenta ou diminui a oferta de mão de obra de acordo com o movimento de chegada ou de saída de pessoas.

A taxa de desemprego está relacionada à oferta de mão de obra, pois representa a quantidade de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, e também interfere nos preços pagos pelos salários. Quando a taxa de desemprego encontra-se baixa, há pouca oferta de mão de obra no mercado fazendo com que os preços dos salários aumentem.

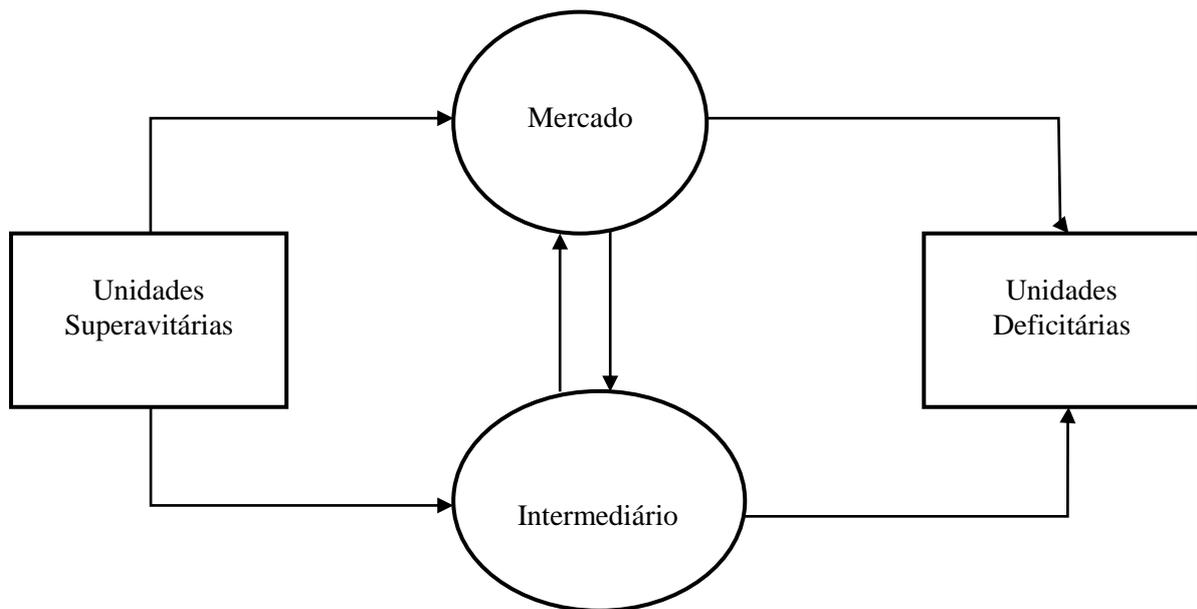
#### 2.2.4 Mercado Financeiro

O mercado financeiro é dividido em mercado de capitais, mercado de crédito, mercado de câmbio, mercado monetário, mercado previdenciário e mercado segurador. Tais mercados estão inseridos no Sistema Financeiro que, de acordo com Fortuna (2008), é um conjunto de instituições que visam propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores:

O mercado financeiro, onde se processam essas transações, permite que um agente econômico qualquer (um indivíduo ou empresa), sem perspectivas de aplicação em algum empreendimento próprio, da poupança que é capaz de gerar (denominado como agente econômico superavitário), seja colocado em contato com outro, cujas perspectivas de investimento superam as respectivas disponibilidades de poupança (denominado agente econômico deficitário) (FORTUNA, 2008, p. 16).

O fluxo de recursos nesse sistema flui das entidades que possuem fundos em excesso para aquelas com déficit. Ou seja, os fundos partem daquele que está economizando recursos de sua renda atual e deseja obter algum retorno sobre essa quantia, para aquele que tem necessidade de obter capital, seja para adquirir novos investimentos ou para arcar com dívidas. A interação dos participantes desse mercado está ilustrada na Figura 5.

Figura 5: O Fluxo de Fundos



Fonte: Bodie e Merton (1999)

### 2.2.5 Mercado de Capitais

A BM&FBOVESPA (2012) define o mercado de capitais como um sistema de distribuição de valores mobiliários (ações, títulos, obrigações entre outros) que tem a intenção de proporcionar a venda dos títulos emitidos pelas empresas, viabilizando o processo de aquisição de capital por estas. Para Gitman (2004), o mercado de capitais permite a transação entre fornecedores e demandantes por recursos de médio e longo prazo, incluindo emissões de títulos de órgãos governamentais e de empresas, tendo como “espinha dorsal” as bolsas de valores, local destinado à realização desses negócios. Participam deste mercado empresas, investidores e intermediários, sendo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a principal responsável por controlar, fiscalizar e normatizar tal mercado.

A importância de investir no mercado de capitais é a de amplificar o crescimento econômico do país. A poupança individual e a poupança das empresas formam a principal fonte de financiamento dos investimentos de um país, promovendo o crescimento de sua

economia ao gerarem aumento da renda, portanto, aumento da poupança e de novos investimentos. É pela participação dos acionistas que uma empresa investe em equipamentos, pesquisas e aprimora seu processo produtivo:

O investidor de ações contribui para a produção de bens dos quais também é consumidor. Como acionista, ele é sócio da empresa e se beneficia da distribuição de dividendos sempre que a empresa obtiver. (BM&FBOVESPA 2012, p. 15)

Para iniciar no mercado de capitais é preciso entrar em contato com corretoras, bancos ou distribuidoras de valores mobiliários, que esclarecerão dúvidas existentes e orientarão acerca do investimento. Os principais títulos negociados nesse mercado são as obrigações e as ações. As obrigações são instrumentos de dívida de longo prazo que são utilizadas por empresas e órgãos governamentais e arrecadam grandes volumes de recursos financeiros:

As obrigações normalmente emitidas por empresas tipicamente pagam juros a cada seis meses a uma taxa contratada (cupom). Possuem prazo de vencimento inicial entre 10 e 30 anos, bem como um valor de face de \$1.000 que deve ser restituído no vencimento. (GITMAN, 2004, p. 21)

As ações são títulos emitidos por sociedades anônimas e representam a menor parcela do capital da empresa emissora, sendo que o investidor de ações é coproprietário da sociedade anônima da qual é acionista. Elas são conversíveis em dinheiro a qualquer momento em negociação em bolsa ou no mercado de balcão;

As ações podem ser ordinárias ou preferenciais. As ordinárias proporcionam participação nos resultados da empresa e dão direito ao acionista de votar nas assembleias gerais; e as preferenciais priorizam o acionista no recebimento de dividendos.

A rentabilidade é variável, formada por dividendos (participação nos resultados feita por meio de dividendos em dinheiro, sendo que a porcentagem é definida pela empresa de acordo com os resultados obtidos no respectivo período) ou participação nos resultados e benefícios concedidos pela empresa.

#### 2.2.6 Mercado de Crédito

O mercado de crédito, segundo Mendes e Ribeiro (2006), é caracterizado por operações de curto e médio prazos, em que as organizações captam recursos para financiar suas atividades e as famílias para adquirir bens de consumo duráveis. Intermediadoras destes

processos, as instituições financeiras bancárias tem como objetivo suprir a demanda por recursos e a movimentá-los por meio da prestação de serviços.

Para Schumpeter (1964), do ponto de vista da empresa, o objetivo central do crédito é o de mover o sistema econômico com a intensificação da demanda por produtos e serviços:

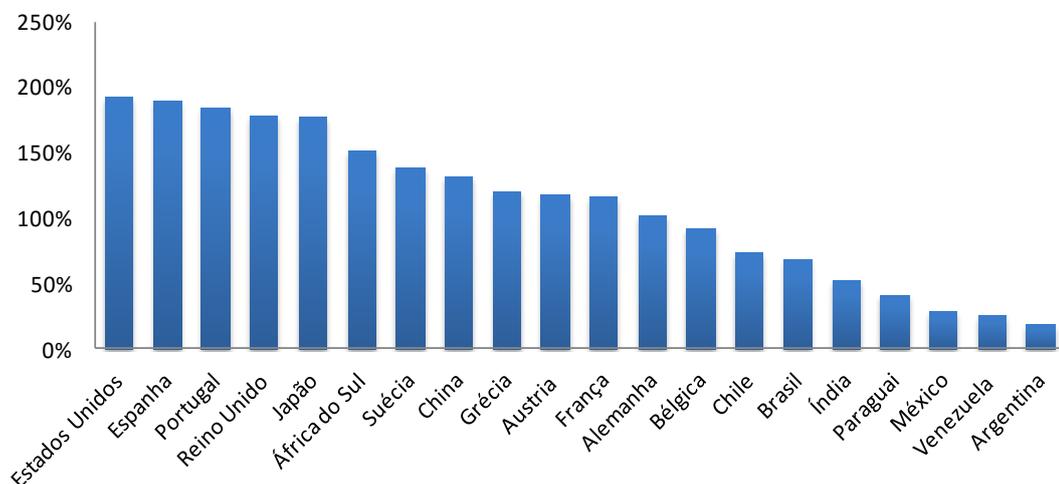
A função essencial do crédito no sentido em que o tomamos consiste em habilitar o empresário a retirar de seus empregos anteriores os bens de produção de que precisa, ativando uma demanda por eles, e com isso forçar o sistema econômico para dentro de novos canais. (SCHUMPETER, 1964, p.110)

Assim, o autor afirma que o crédito é, essencialmente, a criação do poder de compra que influenciará o fluxo econômico.

Os principais participantes do mercado de crédito são os intermediários financeiros, os agentes poupadores de recursos, os tomadores de recursos e os agentes de regulação. Os agentes poupadores e tomadores são as pessoas físicas e jurídicas que transferem e captam recursos entre si, respectivamente. Os intermediários financeiros são os responsáveis por viabilizar a transferência de recursos, sendo eles os bancos, caixas econômicas, cooperativas de crédito, associações de poupança e empréstimo. O Banco Central do Brasil é o principal responsável por regulamentar, controlar e fiscalizar o mercado.

A dimensão da intermediação financeira em um país pode ser mensurada através da relação entre as operações de crédito existentes e seu Produto Interno Bruto (PIB). Normalmente, países mais desenvolvidos apresentam elevado percentual de operações de crédito em relação ao PIB, evidenciando a existência de mais fontes de financiamento de consumo e investimentos para estímulo da economia, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Crédito/PIB



Fonte: Banco Mundial (2014c).

De acordo com dados do Banco Mundial (2014c), pode-se observar que países mais desenvolvidos apresentam a relação entre crédito e PIB em média de 180%, enquanto nos países subdesenvolvidos a média é em torno de 33%. É importante lembrar que tal relação entre operações de crédito e PIB também relata o grau de endividamento global dos agentes econômicos e a possibilidade de endividamento do mercado financeiro corporativo do país.

No Brasil, desde 1808 com a criação do Banco do Brasil, o setor bancário brasileiro possuía uma clientela elitizada, representada pela classe social mais rica do país. De acordo com Costa (2008) havia dois tipos de dinheiro no Brasil: um era o dos ricos e outro o dos pobres. O dinheiro dos ricos era disputado pelos banqueiros, já que a renda total de 1% destes ricos era equivalente a 50% da renda dos pobres. Desta forma, tal segregação acentuou a desigualdade social no país.

Para reverter essa realidade, ocorreram três mudanças inéditas no setor bancário em 2003: os correspondentes não bancários, abertura de contas simplificadas e acesso ao crédito popular. Os correspondentes não bancários eram as mercearias e pequenos comércios em cidades do interior do país que dividiam suas atividades em vender seus produtos e receber pagamentos de contas de água e energia, por exemplo, ou mesmo depositar alguma quantia na conta-poupança. Tal medida fortaleceu o comércio local, fazendo com que as pessoas deixassem de ir às cidades vizinhas para realizar tais tarefas.

A conta simplificada visava à inclusão bancária e à democratização do acesso ao crédito bancário. Para isso, contas correntes eram abertas sem burocracia: não era preciso comprovantes de renda e nem de residência. Segundo Costa (2008), quatro anos após a adoção desta medida, a Caixa Econômica Federal atingiu 5,04 milhões de contas, sendo 3,93 milhões ativas.

Por último, o acesso ao crédito por aqueles excluídos da elite social. Antes, tal crédito era fornecido apenas pelos comerciantes, de acordo com o grau de amizade e conhecimento do cliente, muitas vezes com juros altos e que levavam os consumidores à procura de agiotas. Para atender às necessidades momentâneas, estimular o consumo e evitar a procura por agiotas, os bancos facilitaram o crédito popular.

A concessão de crédito é feita à pessoa física e jurídica e apresenta taxas de juros pré ou pós-fixadas. No Brasil, as modalidades de crédito concedido à pessoa física com taxas pré-fixadas compõe-se, de acordo com o Banco Central (2015a), de aquisição de veículos e de outros bens, cheque especial, crédito pessoal consignado ou não, desconto de cheques, financiamento imobiliário e leasing de veículos.

A sistemática de transferência de fundos do superavitário para o deficitário é influenciada pelas taxas de juros. A taxa de juros é o custo do empréstimo obtido e, segundo Mankiw (2009), é o quanto os tomadores pagam para obter um capital emprestado e o quanto os fornecedores recebem por poupar este capital. Essa taxa interfere no funcionamento do mercado de crédito da seguinte forma:

Como uma taxa de juros elevada torna o empréstimo mais caro, a quantidade demandada de fundos para empréstimos cai à medida que a taxa de juros aumenta. Simultaneamente, como uma taxa de juros elevada torna a poupança mais atrativa, a quantidade ofertada de fundos para empréstimos aumenta quando a taxa de juros se eleva (MANKIW, 2009, p.561).

Deste modo, é possível perceber que este mercado, do mesmo modo que os demais mercados da economia, é regido pela lei da oferta e demanda.

O crédito é concedido ao tomador mediante análise de acordo com a política de crédito de cada organização, em que é avaliado o risco de perda incorrido por ela ao conceder recursos financeiros. A política de crédito deve fixar os parâmetros da organização em relação às vendas a prazo, baseando-os na segurança e garantias de retorno com a menor restrição à política de vendas. Para isso são feitos o controle e a seleção do crédito que, segundo Matias (2007), são instrumentos da política monetária que podem restringir ou expandir o volume e o preço do crédito.

Para aquele que cede recursos financeiros, há o risco de crédito devido a potenciais perdas decorrentes do não recebimento do crédito concedido. Alguns dados como as informações cadastrais (endereço, documentos, atividade), comerciais, bancárias, restritivas, financeiras e sobre o setor no qual será investido o crédito solicitado auxiliam a mensurar o risco existente na operação.

Análises mais elaboradas também podem ser realizadas para identificar o risco. Qualitativamente faz-se a análise dos Seis C's de Crédito, de acordo com Matias (2007, p. 69):

- **Caráter:** se o tomador tem ou não intenção de pagar o financiamento, quais são seus hábitos de pagamento, pontualidade, e quais foram seus comportamentos com outros financiadores. Para tal são feitas consultas no SPC/ SERASA e são solicitadas pessoas que podem dar referência.

- **Capital:** diz respeito à situação patrimonial do tomador de crédito, dimensionando seu potencial de pagamento, essa análise é feita através de comprovante de renda e propriedade de bens patrimoniais.

- Capacidade: avalia a capacidade de a pessoa gerir suas finanças pessoais.
- Condição: identifica a influência de fatores externos, como variações na taxa de câmbio.
- Colateral: refere-se à qualidade das garantias oferecidas, sejam elas reais ou pessoais.
- Conglomerado: o tomador é avaliado levando-se em consideração o grupo o qual pertence, como a família.

Para incrementar tal análise, pode-se realizar a análise quantitativa com o método do Credit Score, em que são atribuídos pesos às variáveis de decisão de crédito obtendo-se, assim, o perfil do solicitante e a formação de ratings para classificar tomadores de crédito.

Após as análises de informações qualitativas e quantitativas, é possível determinar o risco apresentado pelo cliente e o impacto no custo do crédito. Clientes que apresentam riscos maiores tendem a obter crédito com custos superiores àqueles que apresentam menores riscos.

#### 2.2.7 Mercado Monetário

A existência da moeda faz com que as relações comerciais sejam facilitadas, já que é aceita por todos em qualquer relação de troca. Segundo Mankiw (2009), a moeda é um conjunto de ativos da economia que é usada regularmente para adquirir bens e serviços de outras pessoas, servindo como meio de troca, unidade de conta, reserva de valor e liquidez, já que é um ativo facilmente convertido em troca na economia.

A quantidade de moeda em circulação existente na economia é conhecida como estoque de moeda. Analistas divergem na forma de mensurar os ativos monetários e há diversas formas de medir tal estoque de moeda na economia, sendo que as mais utilizadas são M1 e M2. O M1 é formado por moeda corrente, que são todas as notas e moedas de metal que estão com as pessoas e pelos depósitos à vista, que são os saldos existentes em conta corrente e pelos cheques. O M2 é formado pelos depósitos em poupança, depósitos à prazo, fundos mútuos de mercado monetário além de tudo aquilo que é considerado em M1, assim, possui componentes de menor liquidez do que M1.

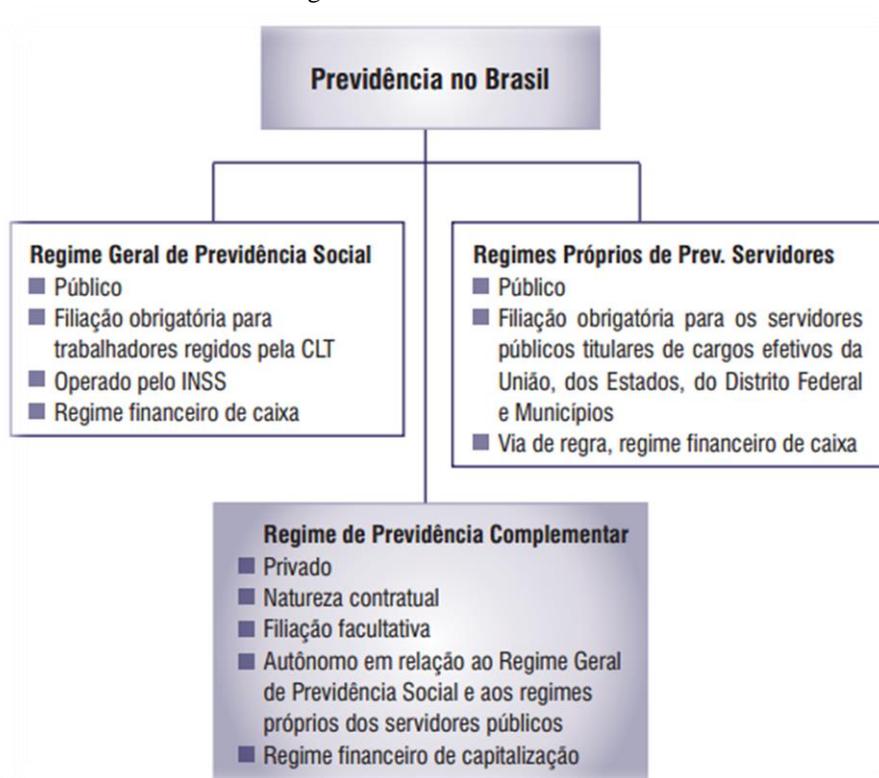
A moeda está inserida no mercado monetário, definido por Galvão, Oliveira e Ribeiro (2006) como o segmento do mercado financeiro caracterizado por operações de curto e curtíssimo prazos, em que ocorrem controle da oferta de moeda, formação da taxa de juros básica da economia visando o ajuste da liquidez do sistema econômico. Os principais participantes nesse mercado são os bancos comerciais, bancos múltiplos e caixas econômicas, sendo o Banco Central do Brasil o responsável por praticar a Política Monetária.

### 2.2.8 Mercado Previdenciário

De acordo com o Ministério da Previdência (2014), a Previdência Social é um seguro com a função de garantir renda ao contribuinte e a sua família em casos de acidente, doença, gravidez, prisão, morte e velhice.

No Brasil, a Previdência Social é formada por três pilares, sendo eles o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e o Regime Complementar, de acordo com a Secretaria de Previdência Complementar (2008), de acordo com a Figura 6.

Figura 6: Previdência no Brasil



Fonte: Secretaria de Previdência Complementar (2008).

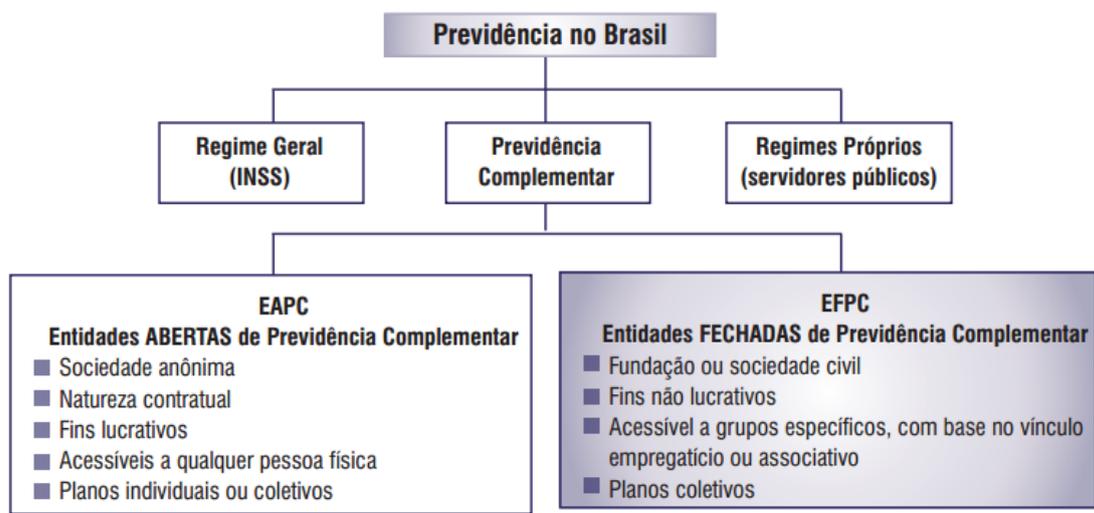
O Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores, de caráter obrigatório, são operados por órgãos públicos que, dentro do mesmo exercício financeiro, recolhem contribuição e pagam benefícios aos aposentados e pensionistas. Tal simultaneidade e equivalência entre os valores recolhidos e pagos caracterizam o regime de caixa, ou seja, são consideradas na apuração do resultado somente as despesas pagas e o valor realmente recebido em determinado período.

Já a previdência complementar tem o objetivo de oferecer ao trabalhador proteção previdenciária a mais, complementar, de acordo com sua necessidade. Possui caráter facultativo, assim, o trabalhador escolhe se irá arcar ou não com tal previdência. De acordo com a Secretaria de Previdência Complementar (2008), as entidades que administram esse modelo de previdência são responsáveis por recolher as contribuições, aplicar o patrimônio acumulado e pagar os benefícios aos participantes.

Formando a previdência complementar, estão os fundos de pensão (previdência fechada) e a previdência aberta. A previdência aberta pode ser contratada por qualquer pessoa por meio de um banco ou seguradora, havendo diversos planos e políticas de investimentos. As entidades operadoras da previdência aberta são sociedades anônimas e praticam suas atividades visando lucros. Tal segmento é acessível a qualquer pessoa e independe do vínculo profissional ou associativo. Sua fiscalização é realizada pela Superintendência de Seguros Privados, o SUSEP, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

Sobre os fundos de pensão, a Secretaria de Previdência Complementar (2008, p. 11), órgão que exerce a fiscalização desse fundo, diz que esses “organizam-se sob a forma de entidade civil sem fins lucrativos e são acessíveis a grupos específicos de trabalhadores, vinculados a empregadores, chamados aqui de Patrocinadores, ou a entidades representativas de classe, denominadas Instituidores”. A Figura 7 exhibe as entidades da previdência complementar.

Figura 7: Entidades da previdência complementar



Fonte: Secretaria de Previdência Complementar (2008).

Por serem os fundos de pensão um modo de poupança popular com a finalidade previdenciária e que necessitam de longo prazo para acumulação, a legislação oferece incentivos fiscais para estimular a atitude de iniciar e manter uma previdência complementar. A fonte de financiamento das contribuições se dá entre os participantes e patrocinadores, sendo que os valores arrecadados são aplicados com o intuito de haver mais recursos para fazer face ao pagamento futuro dos benefícios contratados.

Normalmente, a captação desses recursos ocorre por meio de depósitos frequentes realizados durante toda a vida laboral do trabalhador, podendo chegar até 35 anos. A aplicação de tais recursos é submetida às regras gerais estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em que são definidos quatro principais segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos e financiamentos imobiliários aos participantes.

Qualquer um desses investimentos apresentam riscos. O gestor desses recursos precisa avaliar os riscos que podem existir e os retornos em cada alternativa, buscando a melhor associação entre os dois. É importante também que o participante tenha conhecimento acerca dos riscos envolvidos e da credibilidade e capacidade dos profissionais que o administram.

Os custos de um plano de benefício são mensurados de acordo com várias informações técnicas por um atuário que, por meio de cálculos estatísticos e demográficos, definem as premissas atuariais. Adicionalmente às premissas, as hipóteses financeiras e econômicas assumidas dimensionam o quanto será necessário arrecadar de contribuição para financiar os benefícios acordados no plano. A legislação exige que sejam feitas reavaliações nas hipóteses e, caso não estejam de acordo com grande parte dos participantes, devem ser ajustadas – assim, é notável a importância de haver acompanhamento da saúde financeira ao longo do tempo.

No Quadro 4 estão alguns exemplos de hipóteses atuariais mencionadas pelo Ministério da Previdência Social.

Quadro 4: Hipóteses atuariais

Econômicas	Biométricas	Outros
- Taxa de inflação de longo prazo - Ganho real dos investimentos - Indexador dos benefícios - Custeio administrativo - Teto de benefício do sistema público	- Mortalidade de válidos - Mortalidade de inválidos - Entrada em invalidez - Rotatividade	- Composição familiar - Idade presumida de aposentadoria - Idade de adesão ao sistema público de aposentadoria - Idade de entrada no emprego

Fonte: Secretaria de Previdência Complementar (2008), adaptado pela autora.

O plano de benefícios é formado pelas regras, obrigações e direitos que dispõe sobre a maneira de financiamento e pagamento dos diversos benefícios previdenciários e sua intenção é atender as necessidades de cada grupo de trabalhador. De acordo com Secretaria de Previdência Complementar (2008), esse plano é constituído por documentos com valor jurídico e que definem os benefícios que serão oferecidos, as modalidades de financiá-los e as condições necessárias para que o participante receba os benefícios planejados.

Os benefícios comumente encontrados são a aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte e aposentadoria por invalidez.

Para garantir a liberdade dos trabalhadores permanecerem no plano ao qual estão relacionados, foram criados os Institutos. Os Institutos são conjuntos de regras que tem a finalidade de proteger interesses dos participantes em caso de quebra do vínculo empregatício com seu patrocinador, ou caso precise retirar-se do plano de previdência. Os Institutos são o Benefício Proporcional, a Portabilidade, o Autopatrocínio e o Resgate, conforme o Quadro 5:

Quadro 5: Institutos de previdência

Benefício Proporcional Diferido	O participante pode escolher, caso haja rompimento do vínculo profissional com o empregador ou associativo com o instituidor (sindicatos, conselho profissional, cooperativa), permanecer vinculado ao plano, sem a precisar continuar contribuindo, sendo que seu recebimento futuro será proporcional aos valores já contribuídos.
Portabilidade	Permite ao participante transferir recursos acumulados do seu plano de benefícios para outro que pretenda aderir, desde que atendidas às seguintes condições: - Cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador, quando for o caso; - Transferência direta dos recursos de um plano para outro, sem transitar, em hipótese alguma, pelas mãos do participante.
Autopatrocínio	Caso haja perda de vínculo empregatício com o patrocinador, o participante pode escolher permanecer filiado ao plano, nas mesmas condições anteriores, desde que seja mantida a sua contribuição e assuma aquelas que eram de obrigação do patrocinador. Caso haja perda parcial da remuneração recebida do empregador, o participante poderá manter as mesmas condições, desde que assuma a diferença ocorrida pela perda de parte da remuneração. Assim, o participante poderá receber os benefícios com os mesmos valores anteriormente acordados.
Resgate	É a possibilidade de sacar os recursos da poupança previdenciária devido ao desligamento do plano, de acordo com a forma e condição previstas no regulamento. É a opção menos vantajosa, pois quebra a destinação previdenciária dos recursos financeiros e não será isento de imposto de renda sobre os rendimentos.

Fonte: Secretaria de Previdência Complementar (2008), adaptado pela autora.

### 2.2.9 Mercado de Câmbio

Câmbio é a operação de troca de moedas de um país por moedas de outro. Tal operação ocorre, por exemplo, quando há compra de produtos de origem estrangeira em que é preciso obter a moeda utilizada no outro, já que a legislação brasileira proíbe o uso de moedas estrangeiras em transações internas.

O mercado de câmbio é responsável pela negociação e movimentação de moedas estrangeiras, é o ambiente em que são realizadas as operações de câmbio entre os agentes autorizados e seus clientes, de forma direta ou através de correspondentes. O Banco Central

do Brasil controla a taxa de câmbio por meio de sua Política Cambial, além de administrar, fiscalizar e controlar as operações de câmbio.

Devido às relações econômicas entre diversos países, é necessário que haja uma relação definida de troca entre suas moedas a fim de orientar quanto uma moeda vale em termos da moeda de outro país: tal relação é conhecida por taxa de câmbio. Conforme Garcia e Vasconcellos (2003, p. 164), “a taxa de câmbio é a medida de conversão da moeda nacional em moeda de outros países. Pode, também, ser definida como o preço da moeda estrangeira (divisa) em termos de moeda nacional.”. Complementando, Fortuna (2008) afirma que a taxa cambial é a relação de valor existente entre duas moedas, correspondendo ao preço da moeda de certo país em relação à moeda de outro país.

A taxa de câmbio é determinada pela decisão das autoridades em fixá-las periodicamente ou pelo funcionamento do mercado, de acordo com a oferta e demanda por moedas estrangeiras. A demanda é impulsionada pelos importadores que necessitam dessas moedas para comprar no exterior já que a sua moeda nacional não é aceita em outro país; para isso, o Banco Central recebe do importador nacional a quantia em reais e a troca por moeda estrangeira. Quanto à oferta, ela é impulsionada pela entrada de capital financeiro internacional e pelas exportações, causando entrada de capital externo no país, convertidas em moeda nacional pelo Banco Central.

#### 2.2.10 Mercado Segurador

Devido aos acontecimentos inesperados que ocorrem no dia a dia, não é possível garantir uma rotina livre de riscos, os quais podem levar a inúmeros prejuízos financeiros. Devido a tal condição de incerteza, surgem os seguros com a função de gerenciar e minimizar os possíveis riscos existentes, conforme o texto a seguir:

Esse mercado surgiu da necessidade que as pessoas e as empresas têm de se associar para suportar coletivamente as suas perdas individuais. Dessa forma, é possível, após o dano ou a perda (sinistro) de um bem anteriormente segurado e graças ao pagamento antecipado de uma quantia (prêmio) que represente uma pequena parcela do referido bem segurado, receber uma indenização que permita a reposição integral desse bem (FORTUNA, 2008, p.461).

O autor afirma que ao contratar um seguro, a intenção é formalizada através de uma proposta, um documento contratual que será transformado em apólice quando for aceito. A apólice é o documento de contrato do seguro, bilateral, que contém os direitos e deveres de

ambas as partes envolvidas e pode ser modificada durante o período de vigência, caso seja de comum acordo entre as partes. Neste documento estão definidos o bem ou pessoa objeto do seguro, se for necessária, a localização, o período de vigência, beneficiários, valor do prêmio, franquia, riscos cobertos entre outras condições contratuais.

De acordo com Fortuna (2008), os dois tipos de seguros existentes são o de acumulação e o de risco. O de acumulação é aquele em que o segurado recebe, após certo tempo, a reserva formada através de pagamento de prêmios corrigida por indexador e juros, são a Previdência Complementar Aberta e os Títulos de Capitalização. O seguro de risco é aquele em que o pagamento de prêmio somente dá retorno ao segurado com a cobertura do sinistro, são eles: auto e responsabilidade civil, elementares (residencial, comercial e equipamentos), vida tradicional, acidentes pessoais e saúde.

### **2.3 Políticas Macroeconômicas**

As políticas macroeconômicas estão relacionadas, segundo Brasil (2014), ao conjunto de práticas adotadas pelo Governo com o intuito de interferir nos agregados econômicos, como nível de atividade econômica, taxa de desemprego, inflação, balanço de pagamentos, taxa de câmbio e distribuição de renda a fim de contribuir para o bem-estar da sociedade. Para a tomada de decisões em política econômica, é necessário acompanhar de maneira consistente a evolução das principais variáveis econômicas (taxa de juros, taxa de câmbio, dívida pública, dentre outras), construir cenários macroeconômicos e analisar as diferentes estratégias existentes, para que sejam consideradas as possíveis consequências positivas e negativas da adoção de determinada medida.

Complementando, Fortuna (2008) diz que os principais objetivos dessas políticas se identificam com a política econômica global do governo. Assim, em tese, a intenção geral de tais políticas é desenvolver a economia, garantir o pleno emprego bem como sua estabilidade, equilibrar a balança comercial do país, controlar a inflação, manter os preços estáveis e também distribuir riquezas e rendas.

As políticas macroeconômicas são divididas em quatro: monetária, fiscal, de rendas e a cambial. A política monetária é responsável por controlar a oferta de moeda na economia (I); a de rendas define o nível de consumo das famílias (C); a fiscal define a arrecadação e as despesas do governo (G) e a cambial define o saldo entre exportações e importações (X-M). Dessa forma, pode-se perceber o quão importantes são as políticas macroeconômicas, já que

estão relacionadas às variáveis-chaves do crescimento e desenvolvimento econômico de qualquer país.

### 2.3.1 Política Monetária

Em síntese, a política monetária é responsável pelo controle da oferta de moeda na economia, ou seja, pela quantidade de moeda disponível na economia. O dinheiro disponível em sua forma mais líquida é chamado de base monetária, que é composta pela moeda em circulação no mercado e pelas reservas dos bancos comerciais junto ao Banco Central. A base monetária é controlada pelas autoridades monetárias que podem autorizar a emissão de moeda através do Banco Central.

Para Fortuna (2008), a política monetária está diretamente relacionada com o controle da oferta e demanda de moeda e das taxas de juros de curto prazo a fim de promover a liquidez ideal. Complementando, Mochón (2007) diz que ela está baseada nas decisões que as autoridades monetárias tomam com a intenção de interferir na quantidade de moeda e a taxa de juros no mercado visando, no longo prazo, a estabilidade dos preços.

A instituição central do mercado monetário é o Banco Central do Brasil, exercendo a política monetária no país. Galvão, Oliveira e Ribeiro (2006) explicam que, por meio dos instrumentos de política monetária, o Banco Central atua no mercado de reservas bancárias alterando sua disponibilidade e ajustando a taxa de juro básica da economia (Selic) com a intenção de manter o poder aquisitivo da moeda brasileira, portanto, controlar a inflação. Assim, o Banco Central do Brasil controla a quantidade de moeda disponível no mercado, ou seja, a oferta de moeda, através da política monetária, que é formulada pelo Copom.

O Copom, Comitê de Política Monetária, tem o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a meta para a taxa básica de juros da economia (Selic). Assim, diante das decisões formuladas pelo Copom, o Bacen tem o poder de interferir na quantidade de reais existente na economia, aumentando-a ou diminuindo-a, através das operações de compra e venda de títulos públicos no mercado aberto.

A Selic, de acordo com Banco Central do Brasil (2014), é a taxa média de juros dos financiamentos diários ocorridos no mercado interbancários, assim, trata-se da taxa média de juros praticada pelos os bancos nos empréstimos realizados entre si para operações de um dia (*overnight*). Tais operações possuem lastro em títulos públicos federais, que são negociados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

Por essa taxa ser utilizada em operações de empréstimos diárias entre os bancos e por refletir o risco do governo (afinal, os empréstimos são lastreados em títulos públicos), a taxa Selic é tomada como referência para as outras operações no mercado, sendo a taxa básica de juros da economia brasileira.

A taxa Selic interfere na inflação, no consumo, na poupança e na Bolsa de Valores. Quando a taxa está elevada há tendência de queda da inflação, já que desestimula o consumo devido aos juros mais elevados e incentiva a poupança, por apresentar maiores rendimentos, sendo que o contrário também é verdadeiro (Quadro 6).

Quadro 6: Interferência da taxa Selic

<b>Taxa Selic Alta</b>			
Taxa de Juros	Inflação	Poupança	Consumo
Aumentam	Desestimula	Estimula	Desestimula
<b>Taxa Selic Baixa</b>			
Taxa de Juros	Inflação	Poupança	Consumo
Diminuem	Estimula	Desestimula	Estimula

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Os meios de pagamentos são agrupados em M1, M2, M3 e M4, sendo que quanto “maior o M”, menor liquidez terá. De acordo com o Banco Central do Brasil (2014a), o M1 é um meio de pagamento restrito e de maior liquidez, já que é formado pelo papel moeda em poder do público e mais os depósitos à vista. O M2 e o M3 são os meios de pagamentos ampliados, sendo que o M2 é formado pelo M1 mais os depósitos especiais remunerados, os depósitos em poupança e os títulos emitidos por instituições depositárias e, o M3, pelo M2 mais as quotas de fundos de renda fixa e operações compromissadas registradas no Selic. Por fim, o M4 é tido como a poupança financeira e é formado pelo M3 mais os títulos públicos de alta liquidez.

Dessa forma, é possível perceber que o M posterior engloba o M anterior, por exemplo,  $M2 = M1 + \text{depósitos especiais remunerados} + \text{depósitos em poupança} + \text{títulos emitidos por instituições depositárias}$ , sendo que, à medida que isso ocorre, a liquidez vai se tornando menor, ou seja, mais difícil de ser convertida em M1. Por exemplo, caso alguém tenha \$100 em moeda, corresponde ao M1, e decida aplicá-lo na poupança, receberá um título por esse depósito, não obtendo mais os \$100 em moeda de fato, transformando-a em M2. A partir do depósito ocorrido, o banco, em posse do dinheiro, o empresta àquele que busca por recursos, multiplicando a moeda.

Caso haja interesse em aumentar a oferta de meios de pagamento, o Banco Central emite moeda e compra títulos públicos que estão em posse das pessoas, transferindo-a ao mercado. Caso o interesse seja em reduzir a oferta de moeda no mercado, o Bacen vende títulos do governo, captando moeda das pessoas. É importante relacionar a oferta de moeda na economia com o nível dos preços dos produtos, já que tais preços aumentam caso o governo emita moeda demais, causando inflação.

Tal política é praticada pelo Banco Central por meio de quatro instrumentos clássicos: o depósito compulsório, redesconto, mercado aberto (ou *open market*) e controle e seleção de crédito.

- Depósito compulsório: consiste na porcentagem dos depósitos à vista feitos pela população, junto aos bancos comerciais, que é recolhida pelo Banco Central. A porcentagem recolhida é variável e de acordo com o interesse governamental em acelerar ou não a atividade econômica: o aumento do compulsório reduz a capacidade de empréstimos; por outro lado, a diminuição do compulsório aumenta a capacidade das instituições financeiras de concessão de empréstimos.

O impacto direto desse instrumento é o de alterar a quantidade de moeda disponível no mercado. Caso a taxa do depósito compulsório seja mais elevada, os bancos comerciais terão menos recursos disponíveis para oferecer aos seus clientes, portanto, haverá menor oferta de crédito no mercado, desacelerando a economia. Por outro lado, se essa taxa for baixa, aumentará a oferta de crédito à população, já que os bancos repassarão uma quantia menor de depósito compulsório ao Banco Central, intensificando o consumo e a atividade econômica.

As reservas bancárias obtidas com o recolhimento compulsório são utilizadas para liquidar operações interbancárias ou entre bancos comerciais e Banco Central ou Tesouro Nacional.

- Redesconto: é o empréstimo obtido pelos bancos comerciais junto ao Banco Central para suprir uma insuficiência de caixa. A taxa de juros praticada nessa operação interfere na quantidade de crédito obtida pelos bancos comerciais e, conseqüentemente, na intensidade de suas atividades. Caso a taxa de juros seja alta, desestimulará a obtenção do empréstimo pelos bancos comerciais, pois é necessário arcar com suas ineficiências de caixa, reduzindo a capacidade dos bancos de ofertarem crédito e, conseqüentemente, reduz a quantidade de moeda no mercado. Se a taxa de juros estiver baixa, estimulará a obtenção de empréstimo, fazendo com que os bancos

tenham mais disponibilidade a oferecer crédito, aumentando a quantidade de moeda disponível no mercado.

Fortuna (2008) diz que o redesconto pode reduzir ou expandir o M1 de acordo com os seguintes critérios, conforme o Quadro 7.

Quadro 7: Fatores que interferem no M1

<b>Redução de M1</b>	<b>Aumento do M1</b>
Aumento da taxa de redesconto Redução dos prazos de resgate Redução dos limites operacionais Maior restrição ao tipo de título redescotável	Redução da taxa do redesconto Aumento dos prazos de resgate Aumento dos limites operacionais Menor restrição ao tipo de título redescotável

Fonte: Fortuna (2008, p.50).

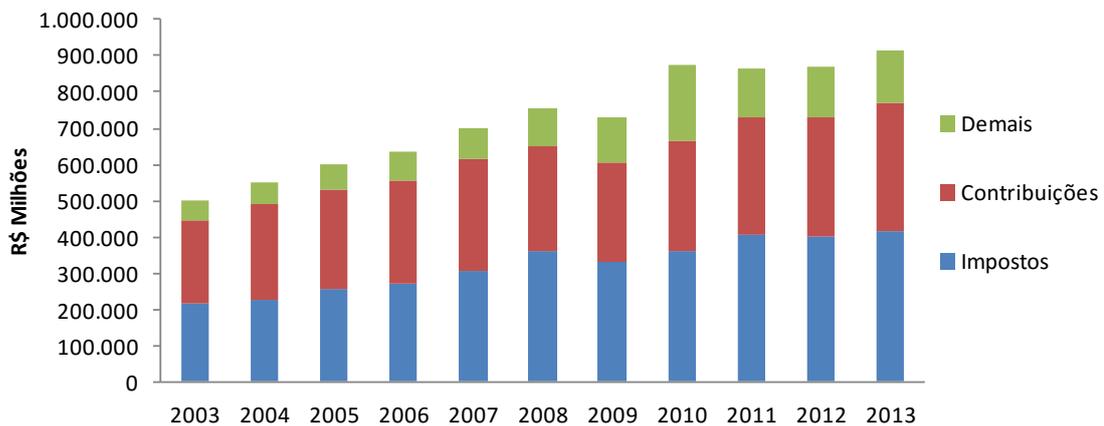
- Mercado aberto: são operações de compra e venda de títulos públicos pelo Banco Central e é tido como um dos meios mais ágeis e eficientes para regular a taxa básica de juros e a oferta e demanda de moeda. Por meio da venda de títulos públicos o governo capta moeda do mercado, diminuindo a circulação de moedas e a liquidez do mercado, aumentando a taxa de juros básica da economia. Com a compra de títulos públicos, o governo injeta moeda na economia, causando expansão da oferta de moeda, aumento da liquidez do mercado e queda da taxa de juros.
- Controle e seleção de crédito: é um controle direto sobre a quantidade de crédito fornecida, restringindo o livre funcionamento do mercado. Pode-se controlar o crédito por meio do volume e destino, controle das taxas de juros e também fixando limites e condições (FORTUNA, 2008).

### 2.3.2 Política Fiscal

A política fiscal consiste em medidas adotadas pelo governo para arrecadar receitas e realizar despesas. Segundo Fortuna (2008), está relacionada à carga tributária aplicada sobre os agentes econômicos e aos gastos do governo. Os objetivos dessa política são os de estabilizar a economia, fazendo com que o crescimento econômico seja sustentável com preços estáveis e baixas taxas de desemprego; alocar recursos, fornecendo bens e serviços que não foram bem distribuídos à sociedade devido às falhas de mercado e, por fim, redistribuir rendas, promovendo uma distribuição mais justa e equitativa.

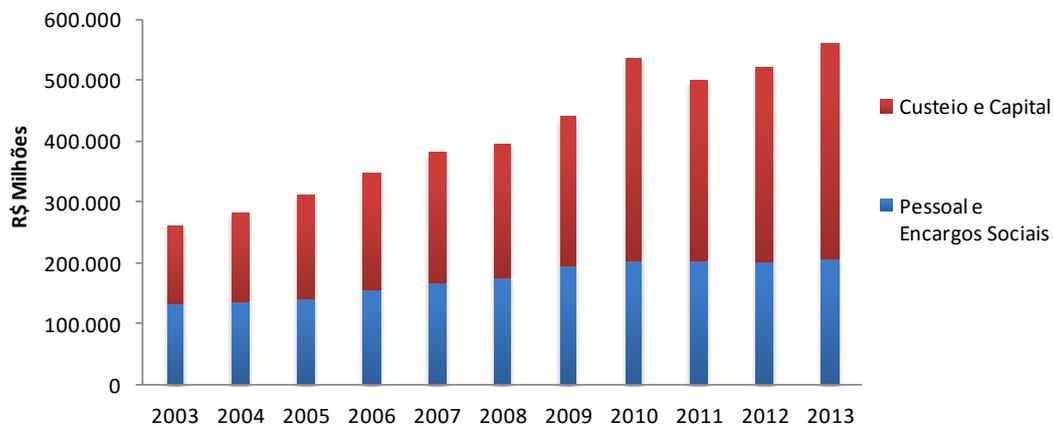
As receitas do governo provêm dos tributos, que são formados pelos impostos, taxas, contribuições e investimentos, enquanto as despesas estão ligadas ao pagamento dos funcionários, aos serviços e produtos consumidos pelo governo, projetos, obras, pagamento de aposentadorias entre outros gastos, conforme exibem os Gráficos 2 e 3.

Gráfico 2: Composição das receitas do governo



Fonte: elaborado pela autora, com dados das séries históricas do Tesouro Nacional (2014).

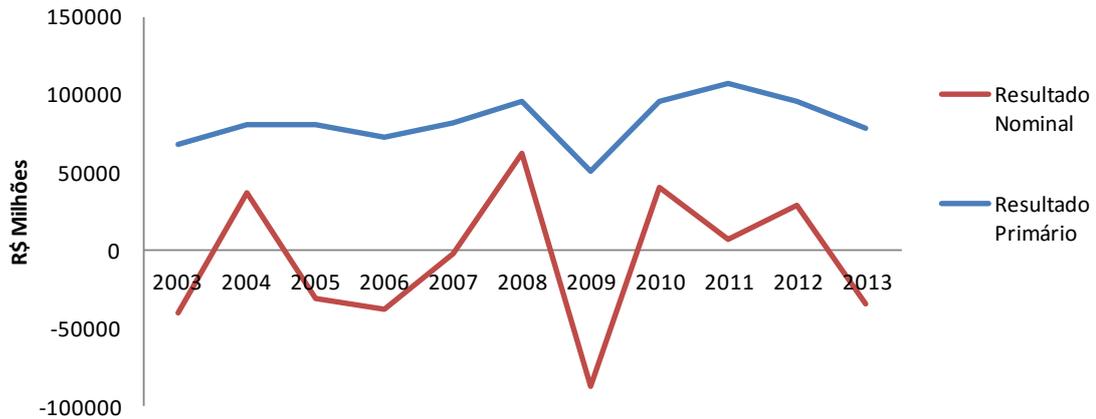
Gráfico 3: Despesas do governo



Fonte: elaborado pela autora, com dados das séries históricas do Tesouro Nacional (2014).

A diferença entre as receitas e as despesas resulta em déficit ou superávit, podendo ser o resultado primário (receitas menos despesas, sem incluir as despesas financeiras) ou nominal (incluindo despesas financeiras). De acordo com o Gráfico 4, é possível observar que as despesas financeiras do governo afetam intensamente o resultado final, levando a resultados deficitários em grande parte dos anos analisados:

Gráfico 4: Resultado do governo



Fonte: elaborado pela autora, com dados das séries históricas do Tesouro Nacional (2014).

De acordo com Fortuna (2008), a maneira utilizada para aumentar as receitas é através de uma reforma tributária que seja mais eficiente na arrecadação de tributos e, para diminuir as despesas, podem-se realizar reformas administrativas visando custos menores e também uma política monetária com taxas de juros mais baixas.

O governo pratica a política fiscal estimulando ou não a atividade econômica por meio de suas decisões. A política expansionista visa estimular a atividade econômica, ocorre quando há necessidade de expandir renda e, para isso, as medidas mais comuns são os aumentos dos gastos do governo e/ou diminuição dos tributos para que reste mais renda às famílias. Neste contexto, haverá aquecimento da economia, maior procura por bens e serviços, causando aumento da produção e do número de empregos. Por outro lado, a política contracionista visa desestimular a atividade econômica e ocorre quando é preciso diminuir o nível de renda disponível, então, há queda dos gastos do governo e aumento dos tributos, desaquecendo a economia, diminuindo a produção e o número de empregos.

### 2.3.3 Política Cambial

A expansão das fronteiras comerciais e a maior facilidade em importar e exportar produtos levaram à intensificação das relações comerciais entre diferentes países. Para que tal comércio seja possível existe a taxa de câmbio, que mensura o quanto a moeda nacional vale em termos de uma moeda estrangeira, permitindo a troca da moeda estrangeira recebida em uma exportação pela moeda nacional e também o contrário. Tais trocas de moedas entre os países afetam a balança comercial e a quantidade de divisas, interferindo na estabilidade econômica do país.

Para controlar a situação econômica externa no que se refere aos fluxos comerciais e financeiros, utiliza-se a política cambial. Fortuna (2008) afirma que a política cambial está essencialmente ligada à administração da taxa de câmbio e ao controle das operações cambiais. Complementando, segundo Matias (2009), tal política pode ser definida como as medidas adotadas pelo governo com o objetivo de interferir na formação da taxa de câmbio.

Quanto aos regimes cambiais, estes basicamente são agrupados em regimes fixos e regimes flutuantes, que deram origem aos regimes de bandas cambiais e *dirty-floating*, ou flutuação suja, de acordo com Matias (2009). No câmbio fixo, a autoridade monetária decide a taxa de câmbio, já no regime flutuante, a taxa é formada no mercado, mediante a oferta e procura por ativos em moeda estrangeira.

Derivados dos dois regimes básicos, tem-se o regime de flutuação suja e o de bandas cambiais. O regime de flutuação suja possui o mesmo princípio de câmbio flutuante, porém, conta com a atuação do Banco Central, que interfere para guiar os movimentos da taxa de câmbio de acordo com seus objetivos. No regime de bandas cambiais, fixa-se a taxa de câmbio e também um intervalo aceito que essa taxa pode variar, assim, enquanto a taxa estiver dentro do aceitável, não há interferências do Banco Central (MATIAS, 2009).

O mecanismo utilizado pelo Governo para controlar a taxa de câmbio é a compra e venda de moedas estrangeiras. Não há regulamentação oficial nesse mercado que interfira na formação das taxas de câmbio, contudo, não é correto afirmar que ele é totalmente livre. Ele deixa de ser livre diante das atuações governamentais, de caráter monetário, que interferem nas forças de mercado a fim de obter uma política monetária e cambial desejadas, segundo Fortuna (2008). No Quadro 8 estão as principais atitudes do governo em relação à taxa de câmbio.

Quadro 8: Atitudes do governo quanto à taxa de câmbio

<b>Se a taxa de câmbio cair abaixo do desejado pelo governo</b>	<b>Se a taxa de câmbio subir além do desejado pelo governo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indica que a oferta de moeda estrangeira é superior à procura</li> <li>- Banco Central atua no mercado com a compra do excesso de divisas</li> <li>- Impacto: gradual elevação da taxa de câmbio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indica que a oferta de moeda é inferior à procura;</li> <li>- Banco Central vende no mercado seus estoques de divisas das reservas internacionais, aumentando a oferta de moeda estrangeira;</li> <li>- Impacto: queda da taxa de câmbio</li> </ul>

Fonte: Fortuna (2008), adaptado pela autora.



afetará a taxa de câmbio, valorizando a moeda nacional. Caso a taxa de juros seja baixa, haverá saída de capital do país, desvalorizando a moeda nacional.

A taxa de câmbio interfere na balança comercial do país, podendo incentivar superávits ou déficits. Essa interferência pode ocorrer quando a moeda nacional está desvalorizada em relação à moeda estrangeira, aumentando, assim, as exportações. No caso da moeda nacional estar valorizada em relação à estrangeira, a tendência é de que as importações aumentem. Dessa forma, é de suma importância acompanhar o valor da taxa de câmbio e o impacto que causará na economia de um país:

Um câmbio encontra-se valorizado quando se necessita de menor volume de moeda nacional para adquirir um mesmo volume de moeda estrangeira. Nesse caso, o ambiente econômico mostra-se favorável aos importadores, os quais podem adquirir produtos por um valor em moeda nacional mais baixo. Um câmbio é definido como desvalorizado quando é necessária (sic) mais moeda para se comprar o mesmo volume de moeda estrangeira. O câmbio desvalorizado é atraente aos exportadores, os quais podem receber, em moeda nacional, um volume maior de moeda para vender seus produtos. (ASSAF NETO, 2014, p. 29)

Assim, por exemplo, se o governo deseja reduzir as importações para incentivar o consumo de produtos nacionais, a tendência é que o câmbio seja desvalorizado, encarecendo o consumo de produtos importados, conforme diz Assaf Neto (2010, p.1) “a valorização do câmbio reduz a competitividade dos produtos brasileiros, diminui a rentabilidade das exportações e inibe investimentos para a exportação. Com isso, prejudica um vetor fundamental para o crescimento do país, as exportações.”.

Assim, é possível observar a influência desse mercado no preço dos produtos importados consumidos no Brasil, nas vendas dos produtos nacionais para o exterior e a competitividade das empresas nacionais frente ao mercado global.

#### 2.3.4 Política de Rendas

Ineficiências na distribuição de renda, de bens e serviços, desigualdades regionais e sociais fazem com que, muitas vezes, famílias não consigam ter acesso aos bens que necessitam para sobrevivência. Assim, por meio da política de rendas, o Governo interfere no livre funcionamento da economia a fim de anular, ou amenizar tais problemas sociais como, por exemplo, fixando o salário mínimo com o objetivo de garantir um nível mínimo de consumo das famílias.

A política de rendas, segundo Matias (2009), está ligada à remuneração dos fatores de produção, como o trabalho, terra e capital, estabelecendo controles sobre a remuneração destes, como por exemplo, salários, preços dos produtos intermediários e finais, lucros e depreciações entre outros. Os objetivos dessa política estão baseados em garantir o pleno emprego da força de trabalho existente na economia, ou seja, a plena utilização de todos os fatores de produção, e também em proporcionar renda que garanta a existência digna a todos.

## **2.4 Sistemas Financeiros**

O sistema financeiro indica a maneira como as entidades atuantes nesse sistema estão organizadas, bem como as funções que desempenham. É importante compreender as funções do sistema financeiro nacional, sua estrutura e seus participantes já que é o meio no qual circula a moeda, interferindo em sua oferta e também na oferta de crédito na economia. Dessa forma, as medidas adotadas pelos membros desse sistema afetam a atividade econômica e a disponibilidade de recursos disponíveis para consumo.

Quanto ao sistema financeiro internacional, é interessante sua compreensão devido à intensificação do comércio internacional, principalmente no que se diz respeito às transações realizadas por pessoa física, e também para melhor compreensão das iniciativas que envolvem diversos países com o objetivo de promover estabilidade econômica, auxiliar países subdesenvolvidos entre outros aspectos.

### **2.4.1 Sistema Financeiro Nacional**

O Sistema Financeiro Nacional – SFN tem como funções normatizar, fiscalizar e executar as operações necessárias para circulação de moeda e de crédito na economia.

Esse sistema é composto por diversas instituições que se subdividem em órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores.

Os órgãos normativos possuem o objetivo de criar diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, definindo as normas e parâmetros para a transferência de recursos dos poupadores aos tomadores de crédito. São órgãos normativos o Conselho Monetário Nacional, o Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho Nacional de Previdência Complementar, como demonstra o Quadro 9.

Quadro 9: Órgãos normativos

<b>Órgãos Normativos</b>
Conselho Monetário Nacional (CMN) Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC)

Fonte: Banco Central do Brasil (2015b).

As entidades supervisoras têm como objetivo principal fiscalizar instituições ligadas ao Sistema Financeiro. Tais entidades, como exibe o Quadro 10, são o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar e a Superintendência de Seguros Privados.

O Banco Central executa as orientações do Conselho Monetário Nacional e é responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, tendo por objetivos zelar pela liquidez da economia, manter as reservas internacionais em nível adequado, incentivar a poupança, zelar pela estabilidade do Sistema Financeiro e promover seu permanente aperfeiçoamento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem como objetivos regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. A Superintendência de Seguros Privados é responsável por controlar e fiscalizar o mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização. Por fim, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar tem a finalidade de fiscalizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar, os fundos de pensão (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b).

Quadro 10: Entidades supervisoras

<b>Entidades Supervisoras</b>
Banco Central do Brasil (Bacen) Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Superintendência de Seguros Privados (Susep) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)

Fonte: Banco Central do Brasil (2015b).

As entidades operadoras são as instituições financeiras, públicas ou privadas, responsáveis por operacionalizar a transferência dos recursos financeiros entre os poupadores e tomadores. São exemplos de entidades operadoras o Banco do Brasil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal entre outros.

O Quadro 11 ilustra a visão geral da composição do Sistema Financeiro Nacional.

Quadro 11: Composição do Sistema Financeiro Nacional

Orgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - Bacen	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bancos de Câmbio		
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - Susep	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência
Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: Banco Central do Brasil (2015b).

## 2.4.2 Sistema Financeiro Internacional

### 2.4.2.1 Fundo Monetário Internacional (FMI)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) trabalha para promover o crescimento global e a estabilidade econômica. Com a adesão de 188 países, o FMI está numa posição privilegiada para ajudar os governos dos países membros aproveitarem as oportunidades e gerenciar os desafios colocados pela globalização. Para isso, ele acompanha as tendências econômicas globais, alerta seus países membros sobre problemas futuros, proporciona um fórum para o diálogo político e transmite conhecimento para os governos sobre como lidar com as dificuldades econômicas (IMF, 2014a).

O Fundo Monetário Internacional fornece assessoria e financiamento para os membros em dificuldades econômicas políticas e trabalha também com as nações em desenvolvimento para ajudá-las alcançar a estabilidade econômica e a redução da pobreza. Assim, as principais funções do FMI são, de acordo com IMF (2014b):

- Orientações práticas

Para ajudar os países de renda média e baixa na gestão eficaz das suas economias, o FMI fornece orientações técnicas e treinamentos sobre como atualizar suas instituições e criar políticas econômicas adequadas.

- Empréstimos

Concede empréstimos aos países que têm dificuldade em obter equilíbrio no balanço de pagamentos e não consegue, de outra maneira, encontrar financiamento suficiente e com

custos acessíveis. O FMI também oferece empréstimos aos países de baixa renda para ajudá-los a desenvolver suas economias e reduzir a pobreza.

- Supervisão

O FMI supervisiona o sistema monetário internacional e também monitora as políticas econômicas e financeiras de seus membros. Para isso, ele acompanha a evolução econômica nos níveis nacional, regional e global, proporcionando aos países membros assessoria sobre política econômica e financeira.

#### 2.4.2.2 Banco Mundial

O Banco Mundial é uma fonte vital de assistência financeira e técnica aos países em desenvolvimento em todo o mundo. Não se trata de um banco no sentido comum, mas sim de uma parceria única para reduzir a pobreza e apoiar o desenvolvimento dos países (BANCO MUNDIAL, 2014a).

Assaf Neto (2014) complementa dizendo que o Banco Mundial difere de um banco comum, já que é uma organização financeira internacional composta por países desenvolvidos e em desenvolvimento, e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento dos países. Ele atua fornecendo empréstimos de longo prazo e conhecimento técnico para apoiar projetos focados em objetivos econômicos e sociais.

Os produtos e serviços fornecidos pelo Banco Mundial são empréstimos a juros baixos, créditos livres de juros e até mesmo doações aos países em desenvolvimento, desde que seja para sejam investidos em educação, saúde, administração pública, obras de infraestrutura e meio ambiente, por exemplo.

O Banco Mundial é composto por cinco instituições (BANCO MUNDIAL, 2014b):

- BIRD

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Concede empréstimos aos governos de renda média e países de baixa renda em condições de arcar com os empréstimos obtidos.

- IDA

Associação Internacional de Desenvolvimento. Fornece empréstimos sem juros e doações aos governos dos países mais pobres.

- IFC

Corporação Financeira Internacional. Maior instituição de desenvolvimento global focada exclusivamente no setor privado. Ajuda países em desenvolvimento alcançar o

crescimento sustentável por meio de financiamento de investimentos e prestação de serviços de consultoria para empresas e governos.

- MIGA

Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos. Promove o investimento estrangeiro direto nos países em desenvolvimento para apoiar o crescimento econômico, reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida.

- ICSID

Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos. Oferece instalações internacionais para a conciliação e arbitragem de conflitos de investimento.

#### 2.4.2.3 Banco de Compensações Internacionais (BIS)

A missão do Banco de Compensações Internacionais, BIS, é a de servir os bancos centrais em busca de estabilidade monetária e financeira, visando promover a cooperação internacional, assim, atua como um banco para os bancos centrais dos países (BIS, 2014).

De modo geral, a finalidade do BIS é a de facilitar a cooperação entre os bancos centrais, incentivando as operações financeiras internacionais; apoiar o diálogo com outras autoridades que são responsáveis por promover a estabilidade financeira; realizar pesquisas sobre questões políticas que confrontam os bancos centrais e autoridades de supervisão financeira e atuar como contraparte principal para os bancos centrais em suas transações financeiras (BIS, 2014).

#### 2.4.2.4 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O objetivo do BID é desenvolver de maneira sustentável e sem prejuízos climáticos países da América Latina e Caribe, com a intenção de reduzir a pobreza e a desigualdade social existente. Este banco é a maior fonte de financiamento direcionada para essa região e procura obter resultados mensuráveis, esforçando-se para assegurar que suas atividades sejam isentas de fraude e corrupção. O BID se diferencia dos bancos normais, pois além de fornecer empréstimos, também faz doações, realiza pesquisas e fornece orientações técnicas (BID, 2014).

Os acionistas no banco são os seus 48 países membros que, aliados à gestão cautelosa, garantem uma posição financeira expressiva. Dessa forma, o BID consegue tomar empréstimos em mercados internacionais com taxas competitivas e transferi-los aos seus

clientes, órgãos públicos e também empresas privadas, trabalhando para reduzir a pobreza e a desigualdade social, visando um crescimento econômico sustentável.

#### 2.4.2.5 Grupo dos 20 (G20)

O G20, de acordo com Assaf Neto (2014), é um grupo informal constituído pelos 19 países mais ricos do mundo, somados à União Europeia, e juntos representam aproximadamente 90% do Produto Interno Bruto mundial.

O G20 é o principal fórum para a cooperação econômica internacional de seus membros. Os líderes do G20 se reúnem regularmente para discutir formas de fortalecer a economia global, reformas de instituições financeiras internacionais, melhoras na regulação financeira e discutir as reformas econômicas fundamentais que são necessárias em cada um dos países membros (G20, 2014).

#### 2.4.2.6 Grupo dos 8 (G8)

O G8 é um grupo formado por oito nações altamente industrializadas, sendo eles Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos, que se reúnem anualmente para discutir questões globais e tentar conciliá-las. Durante o ano, sua função é a de discutir temas atuais e importantes, tais como a situação econômica, segurança, energia e alterações ambientais, por exemplo. A partir de tal discussão, políticas globais são criadas, sendo que a adesão não é obrigatória e os países podem decidir se irão ou não aceitá-la.

## 2.5 Cálculos para Finanças Pessoais

Matemática financeira é o estudo do dinheiro ao longo do tempo, ou seja, dos impactos que o tempo causa no valor do dinheiro. É de grande importância entendê-la para que se saiba dos custos e lucros envolvidos em uma operação financeira. É este conhecimento que fornecerá ferramentas para decidir o melhor destino da aplicação de capital, a melhor fonte de obtenção de recursos, entender as taxas de juros incidentes em uma operação, os efeitos da inflação entre outros. Assim, se bem aplicada, a matemática financeira contribui para que os custos sejam reduzidos e os resultados maximizados.

### 2.5.1 Cálculo de Juros

Juros é o preço do dinheiro. Pode-se defini-lo como o rendimento decorrente do empréstimo de dinheiro, ou seja, é o preço do aluguel do dinheiro, já que é a quantia que remunera o credor pelo tempo que este ficou sem utilizar o próprio capital. Dessa forma, encontra-se o valor do juro por meio da diferença entre o valor final do empréstimo, conhecido como montante (M), e o valor inicial da operação, conhecido como capital (C), conforme a Equação (1).

$$J = M - C \quad (1)$$

Em uma operação financeira, o capital (C) é tido por valor inicial, também conhecido como valor principal; enquanto o montante (M) é o valor final, formado pela soma entre capital (C) e os juros ocorridos durante o período da operação. Por exemplo, suponha que uma quantia de \$1.000 foi investida e, ao final do tempo deste investimento, o valor total recebido foi de \$1.100. Assim, os juros obtidos nessa operação foram de \$100.

Os juros, além de remunerar o capital, exercem o papel de compensar a inflação e cobrir os custos de oportunidade.

### 2.5.2 Determinando a taxa de juros

A taxa unitária de juros ( $i$ ) reflete o rendimento de cada unidade de capital em determinado período de tempo ( $n$ ) e pode ser encontrada, a partir dos juros (J) e capital (C), conforme a Equação (2).

$$i = \frac{J}{C \cdot n} \quad (2)$$

Assim, a taxa de juros praticada no exemplo citado anteriormente é de  $i = 0,1$  ou 10%, indicando que o rendimento da operação é de 0,1 por unidade de capital investido:

$$i = \frac{100}{1.000 * 1} \rightarrow i = 0,1$$

A conversão da taxa unitária em taxa percentual é feita pela multiplicação da taxa unitária por 100 e, para converter a taxa percentual em unitária, basta dividir a taxa percentual por 100, conforme o exemplo na Tabela 1:

Tabela 1: Taxa de juros percentuais e unitários

Taxa Percentual	Taxa Unitária
5%	0,05
25%	0,25
0,80%	0,008
100%	1

Fonte: elaborada pela autora (2015).

Exemplo:

O gerente de um banco oferece um investimento em que se forem aplicados R\$15.000 durante 6 meses, o valor resgatado ao término dessa operação será de R\$16.500. Qual a taxa de juros praticada pelo banco nesse investimento?

O valor dos juros da operação:

$$J = M - C$$

$$J = 16.500 - 15.000$$

$$J = 1.500$$

Assim, para encontrar a taxa de juros praticada:

$$i = \frac{J}{C * n}$$

$$i = \frac{1.500}{15.000 * 6} = 0,0167 \text{ ao período ou } 1,67\% \text{ ao período}$$

Há duas formas de incidência de juros, os juros simples e os compostos, que serão explicados a seguir.

### 2.5.3 Juros Simples

No regime de juros simples, os juros são calculados apenas sobre o capital. Dessa maneira, os juros incidem apenas sobre o valor principal, e não também sobre os juros gerados nos períodos anteriores, como ocorre no regime de juros compostos. No esquema a seguir é possível observar a incidência de 10% de juros apenas sobre o valor principal durante os três períodos:

Período				
0	R\$ 10.000	←	principal	
1	R\$ 10.000	+	R\$ 1.000	= R\$ 11.000,00
2	R\$ 11.000	+	R\$ 1.000	= R\$ 12.000,00
3	R\$ 12.000	+	R\$ 1.000	= R\$ 13.000,00
n	R\$ 10.000	+	n * 1.000	

Suponha que você empreste R\$500 de um amigo e acorde em devolver essa quantia ao final de um ano. Para isso, seu amigo lhe cobra uma taxa de juros de 2% ao mês, que é o “aluguel” que você pagará a ele pelo dinheiro emprestado. Qual a quantia de juros incidente nessa operação? E qual será o valor pago ao final de 1 ano?

Para encontrar a quantia dos juros, utiliza-se a Equação (3).

$$J = C * i * n \quad (3)$$

Assim, a taxa de juros ( $i = 2\%$  ao mês) incide sobre o capital inicial ( $C=500$ ) o número de vezes ( $n=12$ ) de acordo com o tempo determinado:

$$J = 500 * \frac{2}{100} * 12$$

$$J = 120$$

A quantia de juros do empréstimo é de R\$120. Então, o valor final a ser pago após os 12 meses é o valor dos juros mais o capital emprestado.

$$M = C + J$$

$$M = 500 + 120$$

$$M = 620$$

A variável  $n$  corresponde ao período de capitalização, que é o tempo em que incidirá juros sobre o capital. É importante que sejam utilizados períodos iguais de capitalização e de taxa de juros, por exemplo, se a taxa de juros for de 2% ao semestre, a capitalização deverá ocorrer semestralmente. A maneira como fazer tal equivalência entre taxas será melhor exposta no decorrer deste capítulo.

A partir das definições anteriores sobre montante, capital e taxa unitária de juros e suas relações, podem-se reagrupar tais variáveis e obter uma expressão que calcule diretamente o valor final, em função do valor inicial e da taxa de juros, sem a necessidade de

utilizar/encontrar o valor dos juros. Para encontrar diretamente o valor da final, basta utilizar a Equação (4).

$$M = C * (1 + i * n) \quad (4)$$

$$M = 500 * \left(1 + \frac{2}{100} * 12\right)$$

$$M = 620$$

Outro exemplo é o de uma aplicação de R\$20.000 em uma instituição financeira sendo que, ao final de 3 anos, foram obtidos R\$23.120. Qual a taxa mensal de juros simples dessa operação?

$$C = 20.000$$

$$M = 23.120$$

$$n = 36 \text{ meses}$$

$$i = ?$$

$$M = C * (1 + i * n)$$

$$23.120 = 20.000 * (1 + i * 36)$$

$$i = 0,0043 \text{ ou } 0,43\% \text{ ao mês}$$

#### 2.5.4 Taxas proporcionais e taxas equivalentes

Durante uma operação financeira é preciso estar atento ao prazo em que ocorre a incidência dos juros (a capitalização) e ao prazo ao qual a taxa de juros se refere. Por exemplo, em um empréstimo o banco diz que a taxa de juros é ~~de 15%~~ ao ano, contudo, é preciso identificar o período de incidência dos juros, ou seja, se incidirão sobre o valor inicial apenas ao final de cada ano. Caso os juros realmente incidam apenas ao final de um ano, os prazos são coincidentes.

Por outro lado, em algumas operações os juros podem ser capitalizados em prazo inferior ao da taxa fornecida. Nessa situação, é preciso ratear essa taxa pelo período de capitalização. Por exemplo, em uma aplicação o banco fornece a taxa de 12% ao ano, contudo, a capitalização ocorre mensalmente, dessa forma, a taxa proporcional mensal é de 2% ao mês.

Assim, devido à linearidade dos juros simples, para encontrar a taxa de juros proporcional basta dividir a taxa considerada pelo número de períodos em que incidirão os juros:

Para uma taxa de 10% semestral, com capitalização (período de incidência dos juros) mensal, tem-se que a taxa proporcional é de aproximadamente 1,67% ao mês:

$$\text{Taxa proporcional} = \frac{10\%}{6} = 1,666667\%$$

Quanto às taxas equivalentes, elas ocorrem quando são aplicadas a um mesmo capital, no mesmo intervalo de tempo e geram a mesma quantia de juros ao final da aplicação, ou seja, produzem o mesmo efeito sobre o dinheiro em um determinado período. No caso de juros simples, uma taxa de 30% ao ano corresponde a uma taxa de 2,5% ao mês, ou seja, são taxas equivalentes já que aplicadas ao mesmo capital, durante o mesmo período de tempo, produzem a mesma quantidade de capital:

R\$10.000 aplicados a uma taxa de juros de 30% ao ano, durante dois anos:

$$J = 10.000 * 0,3 * 2 \rightarrow J = 6.000$$

R\$10.000 aplicados a uma taxa de juros de 2,5% ao mês, durante dois anos:

$$J = 10.000 * 0,025 * 24 \rightarrow J = 6.000$$

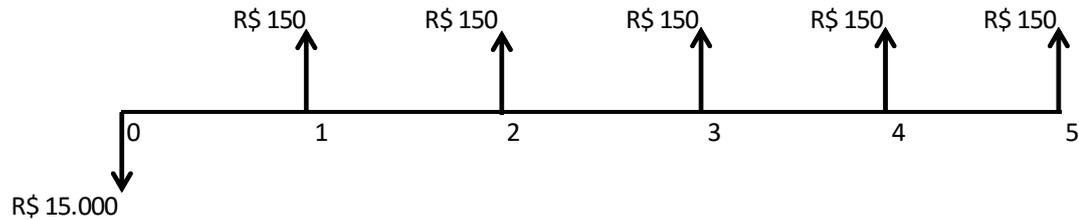
Dessa forma, pode-se observar que no caso dos juros simples as taxas proporcionais e equivalentes possuem o mesmo valor, só serão diferenciadas no caso de juros compostos.

### 2.5.5 Representação gráfica da operação financeira

As operações financeiras podem ser representadas pelas entradas e saídas de caixa formando, assim, fluxos de caixa. Através da representação do fluxo de caixa é possível ter uma melhor visualização do que ocorre com o capital e em qual tempo. Tal representação é formada por uma linha horizontal, que representa a escala de tempo da operação e por linhas verticais formando setas para cima ou para baixo. As setas para baixo representam as saídas de dinheiro do caixa, enquanto as setas para cima indicam as entradas.

Na Figura 9, por exemplo, estão saindo do caixa R\$15.000,00 no tempo zero e, mensalmente, durante cinco meses, entram R\$150,00 em caixa.

Figura 9: Fluxo de Caixa



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

### 2.5.6 HP 12C

A calculadora HP 12 C é uma calculadora financeira que facilita a obtenção de valores tais como taxas de juros, valor presente, valor futuro, tempo da operação, taxa interna de retorno, fluxo de caixa entre outros. Ela se difere das calculadoras normais devido à forma como os dados devem ser alimentados: nas calculadoras convencionais os dados são inseridos de maneira direta, ou seja, do modo como as contas são feitas (para realizar a operação 5+2, digita-se primeiro 5, depois +, depois 2 e, por fim, a tecla =). Já na HP 12C, os dados são introduzidos primeiramente, separados pela tecla ENTER e depois as operações desejadas, o que torna mais simples e rápido calcular expressões extensas (para a operação 5+2, digita-se a tecla 5, depois ENTER, depois 2, depois +, e o resultado será exibido na tela).

Ao inserir os números na HP é preciso levar em conta o fluxo de caixa. As setas para baixo, que representam as saídas, devem ser inseridas como números negativos.

### 2.5.7 Juros Compostos

O regime de juros compostos é o mais utilizado no sistema financeiro, já que fornece maior rentabilidade em relação aos juros simples. No regime de juros compostos, o juro incide todo mês sobre a soma entre o valor presente (present value - PV), que é o capital investido, e seu rendimento mensal. Dessa forma, os juros obtidos a cada período são somados ao valor principal, gerando juro sobre juro. Aqui, o capital (C) será chamado de valor presente (PV), e o montante (M) de valor futuro (future value - FV).

Por exemplo, no primeiro mês de aplicação, tem-se:

$$1^{\text{o}} \text{ mês de aplicação: } FV = PV * (1 + i)$$

$$2^{\text{o}} \text{ mês de aplicação: } FV = PV * (1 + i) * (1 + i) \rightarrow VF = PV * (1 + i)^2$$

$$3^{\text{o}} \text{ mês de aplicação: } FV = PV * (1 + i) * (1 + i) * (1 + i) \rightarrow FV = PV * (1 + i)^3$$

Generalizando, no  $n$  mês de aplicação:  $FV = PV * (1 + i)^n$

Nesse caso, é importante que a taxa de juros  $i$  esteja na mesma medida de tempo da operação financeira que está sendo levada em conta, ou seja, se  $n$  estiver em dias,  $i$  deverá e dias; caso  $n$  esteja em anos,  $i$  deverá estar em anos.

Por exemplo, considere que uma aplicação de \$5.000,00 seja feita em um banco com juros compostos de 3% ao mês, durante 5 meses. Qual o valor final recuperado ao término dessa operação?

$$PV = 5.000$$

$$i = 3\% \text{ a. m.}$$

$$n = 5 \text{ meses}$$

$$FV = ?$$

$$FV = PV * (1 + i)^n$$

$$FV = 5.000 * \left(1 + \frac{3}{100}\right)^5$$

$$FV = 5.796,37$$

Para encontrar o valor futuro com o uso da HP 12C, basta seguir os seguintes passos:



### 2.5.8 Taxas equivalentes

O conceito de taxas equivalentes explicado para juros simples é o mesmo para os juros compostos, contudo, calcula-se a taxa equivalente de outra maneira devido à natureza exponencial dos juros compostos, conforme a Equação 5.

$$i_q = \sqrt[q]{1+i} - 1 \quad (5)$$

Em que:

$q$  = número de período de capitalização

$i$  = taxa unitária de juros

Suponha que o banco informe que a taxa de juros de um investimento é de 6% ao ano, contudo, deseja-se saber sua taxa equivalente mensal. Para isso:

$$i = 6\% \text{ a. a.}$$

$$q = 12 \text{ meses (1 ano)}$$

$$i_{12} = \sqrt[12]{1 + 0,06} - 1$$

$$i_{12} = 0,487\% \text{ a. m.}$$

Uma maneira alternativa a essa fórmula para encontrar a taxa de juros equivalente é através da manipulação dos números exponenciais à equação:

- Transformar taxas de períodos menores para taxas em períodos maiores

Basta elevar a taxa ao período desejado, levando sempre em consideração o período no qual essa taxa está cotada. Por exemplo, se a taxa está ao mês e é desejado determinar seu valor ao trimestre, basta elevá-la a 3; caso deseje determiná-la ao ano, é preciso elevá-la a 12.

Exemplo:

- $i = 4\% \text{ a. m.}$

**Taxa trimestral:**  $(1 + 0,04)^3 = 1,1249$

Assim, a taxa encontrada é de 12,49% a.t.

**Taxa semestral:**  $(1 + 0,04)^6 = 1,2653$

Taxa encontrada é de 26,53% a.s.

**Taxa anual:**  $(1 + 0,04)^{12} = 1,6010$

Taxa encontrada é de 60,10% a.a.

- Transformar taxas de períodos maiores para taxas em períodos menores

Para transformar uma taxa cotada para um período longo de tempo em uma taxa com um período menor, basta dividir o período desejado pelo período total ao que a taxa está cotada e elevar a taxa a essa fração.

Exemplo:

- $i = 20\% \text{ a. a.}$

**Taxa mensal:**  $(1 + 0,20)^{\frac{1}{12}} = 1,0153$

Taxa encontrada é de 1,53% a.m.

**Taxa semestral:**  $(1 + 0,20)^{\frac{6}{12}} = 1,0954$

Taxa encontrada é de 9,54% a.s.

**Taxa diária:**  $(1 + 0,20)^{\frac{1}{365}} = 1,0005$

Taxa encontrada é de 0,05% a.d.

### 2.5.9 Taxa nominal, taxa efetiva e taxa real

A taxa nominal e a efetiva se relacionam de maneira contrária ao que ocorre com taxas equivalentes. A taxa efetiva indica a taxa realmente apurada em todo o período da operação levando-se em consideração o período de capitalização, enquanto a taxa nominal é aquela expressa em um período de formação que não coincide com sua capitalização. Assim, contrariamente às taxas equivalentes, as taxas nominal e efetiva não resultarão em um mesmo valor de juros caso sejam aplicadas ao mesmo capital sobre o mesmo período de tempo.

Normalmente a taxa nominal é utilizada em operações bancárias e, para encontrar a taxa sobre a qual será remunerado de fato o capital, é necessário convertê-la em efetiva. Por exemplo, se em um investimento a taxa nominal é de 24% ao ano, capitalizada mensalmente, os períodos não coincidem, então, pode-se considerar que a capitalização se dá por juros proporcionais simples, implicando em uma taxa proporcional de 2% ao mês (obtida por  $24\%/12$ ).

Diante da informação que a taxa aplicada será de 2% ao mês, obtém-se sua taxa equivalente ao ano, chegando à conclusão que a taxa efetivamente incorrida foi de 26,8% ao ano, como pode ser observado na Equação (6).

$$\text{Taxa efetiva} = \left(1 + \frac{2}{100}\right)^{12} - 1 \quad (6)$$

$$\text{Taxa efetiva} = 26,82\% \text{ a. a.}$$

A taxa nominal citada até aqui é denominada taxa nominal linear e indica a descapitalização dos juros proporcionalmente, juros simples. Já taxa nominal pré-fixada é

utilizada devido à inflação, a qual é formada pela inflação e pela taxa real de juros, que mostra o quanto realmente há de juros. Dessa forma, a taxa real é aquela livre dos efeitos inflacionários, assim, relata o quanto foi ganho ou perdido de fato.

A relação entre as taxas real e nominal se dá da seguinte pela Equação (7).

$$(1 + i_{\text{nominal}}) = (1 + i_{\text{inflação}}) * (1 + i_{\text{real}}) \quad (7)$$

Por exemplo, foram aplicados R\$250.000,00 em um investimento durante um ano à taxa nominal de 8% a.a., sendo que a inflação do período foi de 4%. Quais foram os rendimentos nominal e real obtidos pelo investidor?

$$\text{Valor de resgate: } 250.000 * (1,08) = 270.000$$

$$\text{Rendimento nominal: } 20.000$$

Perda ocorrida pela inflação (4% no período de um ano):

$$250.000 * 1,04 = 260.000$$

$$\text{Perda} = 10.000$$

Dessa forma, o rendimento real da operação foi de R\$10.000:

$$\text{Rendimento Real: } 20.000 - 10.000 = 10.000$$

*Para encontrar a taxa real da operação:*

$$(1 + 0,08) = (1 + 0,04) * (1 + i_{\text{real}})$$

$$i_{\text{real}} = 0,038$$

#### 2.5.10 Sistemas de amortização

Os sistemas de amortização são utilizados para operações de empréstimos e financiamentos de longo prazo, em que há amortização da dívida por meio de pagamentos periódicos e de acordo com as condições pré-estabelecidas. Em suma, o sistema de amortização traduz a maneira como o capital principal e os juros serão restituídos ao credor.

As formas de amortização mais conhecidas são o Sistema de Amortização Constante (SAC), o Price ou SAF – Sistema de Amortização Francês, o Sistema de Amortização Misto (SAM), o Sistema de Amortização Americano (SAA) e o Sistema de Amortizações Variáveis, sendo que todos utilizam juros compostos, que são calculados a partir dos juros compostos.

### 2.5.10.1 SAC – Sistema de Amortização Constante

Neste sistema a amortização do principal é sempre igual, ou seja, durante todo o período da operação são restituídos ao credor parcelas iguais do principal, acrescidas dos juros que incidem sobre o saldo devedor. Dessa forma, a amortização é constante e o valor dos juros é decrescente, implicando em prestações decrescentes.

Por exemplo, suponha que um empréstimo de R\$30.000,00 seja feito no prazo de 2 anos, com pagamentos mensais, a uma taxa de 3% ao mês. Primeiramente, divide-se o valor total emprestado pelo número de parcelas, nesse caso,  $\frac{30.000}{24} = 1.250$ .

Após, calcula-se o valor dos juros cobrado na operação, que é calculado sobre o saldo devedor. Assim, a prestação do período é igual à soma da amortização e dos juros desse mesmo período, como mostra a Tabela 2:

Tabela 2: Tabela SAC

<b>SAC - Sistema de Amortização Constante</b>				
Mês/Período	Saldo devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R\$ 30.000,00			
1	R\$ 28.750,00	R\$ 1.250,00	R\$ 900,00	R\$ 2.150,00
2	R\$ 27.500,00	R\$ 1.250,00	R\$ 862,50	R\$ 2.112,50
3	R\$ 26.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 825,00	R\$ 2.075,00
4	R\$ 25.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 787,50	R\$ 2.037,50
5	R\$ 23.750,00	R\$ 1.250,00	R\$ 750,00	R\$ 2.000,00
6	R\$ 22.500,00	R\$ 1.250,00	R\$ 712,50	R\$ 1.962,50
7	R\$ 21.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 675,00	R\$ 1.925,00
8	R\$ 20.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 637,50	R\$ 1.887,50
9	R\$ 18.750,00	R\$ 1.250,00	R\$ 600,00	R\$ 1.850,00
10	R\$ 17.500,00	R\$ 1.250,00	R\$ 562,50	R\$ 1.812,50
11	R\$ 16.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 525,00	R\$ 1.775,00
12	R\$ 15.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 487,50	R\$ 1.737,50
13	R\$ 13.750,00	R\$ 1.250,00	R\$ 450,00	R\$ 1.700,00
14	R\$ 12.500,00	R\$ 1.250,00	R\$ 412,50	R\$ 1.662,50
15	R\$ 11.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 375,00	R\$ 1.625,00
16	R\$ 10.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 337,50	R\$ 1.587,50
17	R\$ 8.750,00	R\$ 1.250,00	R\$ 300,00	R\$ 1.550,00
18	R\$ 7.500,00	R\$ 1.250,00	R\$ 262,50	R\$ 1.512,50
19	R\$ 6.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 225,00	R\$ 1.475,00
20	R\$ 5.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 187,50	R\$ 1.437,50
21	R\$ 3.750,00	R\$ 1.250,00	R\$ 150,00	R\$ 1.400,00
22	R\$ 2.500,00	R\$ 1.250,00	R\$ 112,50	R\$ 1.362,50
23	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00	R\$ 75,00	R\$ 1.325,00
24	R\$ -	R\$ 1.250,00	R\$ 37,50	R\$ 1.287,50
Total		R\$ 30.000,00	R\$ 11.250,00	R\$ 41.250,00

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

### 2.5.10.2 SAF – Sistema de Amortização Francês

Oposto ao SAC, o SAF propõe um modelo no qual as prestações são iguais. Os juros incidem sobre o saldo devedor, por isso, são decrescentes, enquanto a amortização é crescente. Suponha o mesmo exemplo utilizado para o SAC, em que um empréstimo de R\$30.000,00 seja feito no prazo de 2 anos, com pagamentos mensais, a uma taxa de 3% ao mês, tem-se que:

- Valor da prestação (PMT) por meio da HP 12 C:

$$\begin{array}{l}
 30.000 \quad \boxed{\text{PV}} \\
 \quad \quad \quad \boxed{\text{Cf}_0} \\
 24 \quad \quad \boxed{n} \\
 \quad \quad \quad \boxed{12x} \\
 3 \quad \quad \quad \boxed{i} \\
 \quad \quad \quad \boxed{12\%} \\
 \quad \quad \quad \boxed{\text{PMT}} \\
 \quad \quad \quad \boxed{\text{CF}_1}
 \end{array}$$

O resultado obtido é -1.771,42. Ele é negativo já que representa uma saída de caixa. Assim, o valor da prestação é de R\$1.771,42.

Com o conhecimento do valor da prestação e dos juros, pode-se obter o valor da amortização, que é igual à prestação menos os juros incidentes sobre o saldo devedor. Dessa forma, obtém-se a seguinte relação, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3: Tabela SAF

<b>SAF - Sistema de Amortização Francês</b>				
Mês/Período	Saldo devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R\$ 30.000,00			
1	R\$ 29.128,58	R\$ 871,42	R\$ 900,00	R\$ 1.771,42
2	R\$ 28.231,01	R\$ 897,57	R\$ 873,86	R\$ 1.771,42
3	R\$ 27.306,52	R\$ 924,49	R\$ 846,93	R\$ 1.771,42
4	R\$ 26.354,29	R\$ 952,23	R\$ 819,20	R\$ 1.771,42
5	R\$ 25.373,50	R\$ 980,79	R\$ 790,63	R\$ 1.771,42
6	R\$ 24.363,28	R\$ 1.010,22	R\$ 761,20	R\$ 1.771,42
7	R\$ 23.322,76	R\$ 1.040,52	R\$ 730,90	R\$ 1.771,42
8	R\$ 22.251,02	R\$ 1.071,74	R\$ 699,68	R\$ 1.771,42
9	R\$ 21.147,13	R\$ 1.103,89	R\$ 667,53	R\$ 1.771,42
10	R\$ 20.010,12	R\$ 1.137,01	R\$ 634,41	R\$ 1.771,42
11	R\$ 18.839,00	R\$ 1.171,12	R\$ 600,30	R\$ 1.771,42
12	R\$ 17.632,75	R\$ 1.206,25	R\$ 565,17	R\$ 1.771,42
13	R\$ 16.390,31	R\$ 1.242,44	R\$ 528,98	R\$ 1.771,42
14	R\$ 15.110,59	R\$ 1.279,71	R\$ 491,71	R\$ 1.771,42
15	R\$ 13.792,49	R\$ 1.318,10	R\$ 453,32	R\$ 1.771,42
16	R\$ 12.434,84	R\$ 1.357,65	R\$ 413,77	R\$ 1.771,42
17	R\$ 11.036,46	R\$ 1.398,38	R\$ 373,05	R\$ 1.771,42
18	R\$ 9.596,13	R\$ 1.440,33	R\$ 331,09	R\$ 1.771,42
19	R\$ 8.112,60	R\$ 1.483,54	R\$ 287,88	R\$ 1.771,42
20	R\$ 6.584,55	R\$ 1.528,04	R\$ 243,38	R\$ 1.771,42
21	R\$ 5.010,67	R\$ 1.573,89	R\$ 197,54	R\$ 1.771,42
22	R\$ 3.389,56	R\$ 1.621,10	R\$ 150,32	R\$ 1.771,42
23	R\$ 1.719,83	R\$ 1.669,74	R\$ 101,69	R\$ 1.771,42
24	-	R\$ 1.719,83	R\$ 51,59	R\$ 1.771,42
Total		R\$ 30.000,00	R\$ 12.514,14	R\$ 42.514,14

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

### 2.5.10.3 SAM - Sistema de Amortização Misto

Normalmente é utilizado no Sistema Financeiro Habitacional, esse sistema representa a média aritmética entre o SAF e o SAC, dessa forma, basta somar os valores obtidos no SAF e no SAC e dividi-lo por 2, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4: Tabela SAM

<b>SAM - Sistema de Amortização Misto</b>				
Mês/Período	Saldo devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R\$ 30.000,00			
1	R\$ 28.939,29	R\$ 1.060,71	R\$ 900,00	R\$ 1.960,71
2	R\$ 27.865,51	R\$ 1.073,78	R\$ 868,18	R\$ 1.941,96
3	R\$ 26.778,26	R\$ 1.087,25	R\$ 835,97	R\$ 1.923,21
4	R\$ 25.677,15	R\$ 1.101,11	R\$ 803,35	R\$ 1.904,46
5	R\$ 24.561,75	R\$ 1.115,40	R\$ 770,31	R\$ 1.885,71
6	R\$ 23.431,64	R\$ 1.130,11	R\$ 736,85	R\$ 1.866,96
7	R\$ 22.286,38	R\$ 1.145,26	R\$ 702,95	R\$ 1.848,21
8	R\$ 21.125,51	R\$ 1.160,87	R\$ 668,59	R\$ 1.829,46
9	R\$ 19.948,56	R\$ 1.176,95	R\$ 633,77	R\$ 1.810,71
10	R\$ 18.755,06	R\$ 1.193,50	R\$ 598,46	R\$ 1.791,96
11	R\$ 17.544,50	R\$ 1.210,56	R\$ 562,65	R\$ 1.773,21
12	R\$ 16.316,37	R\$ 1.228,13	R\$ 526,33	R\$ 1.754,46
13	R\$ 15.070,15	R\$ 1.246,22	R\$ 489,49	R\$ 1.735,71
14	R\$ 13.805,30	R\$ 1.264,86	R\$ 452,10	R\$ 1.716,96
15	R\$ 12.521,24	R\$ 1.284,05	R\$ 414,16	R\$ 1.698,21
16	R\$ 11.217,42	R\$ 1.303,82	R\$ 375,64	R\$ 1.679,46
17	R\$ 9.893,23	R\$ 1.324,19	R\$ 336,52	R\$ 1.660,71
18	R\$ 8.548,07	R\$ 1.345,16	R\$ 296,80	R\$ 1.641,96
19	R\$ 7.181,30	R\$ 1.366,77	R\$ 256,44	R\$ 1.623,21
20	R\$ 5.792,28	R\$ 1.389,02	R\$ 215,44	R\$ 1.604,46
21	R\$ 4.380,33	R\$ 1.411,94	R\$ 173,77	R\$ 1.585,71
22	R\$ 2.944,78	R\$ 1.435,55	R\$ 131,41	R\$ 1.566,96
23	R\$ 1.484,91	R\$ 1.459,87	R\$ 88,34	R\$ 1.548,21
24	-	R\$ 1.484,91	R\$ 44,55	R\$ 1.529,46
Total		R\$ 30.000,00	R\$ 11.882,07	R\$ 41.882,07

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

#### 2.5.10.4 Sistema Price de Amortização

O sistema Price é derivado do Sistema Francês de Amortização, assim, apresenta parcelas iguais em todo o período do financiamento. A diferença está no fato de que o sistema Price utiliza a taxa de juros proporcional simples ao invés da taxa equivalente composta de juros.

Suponha que, da mesma maneira que o exemplo anterior, um empréstimo de R\$30.000,00 seja feito no prazo de 2 anos, com pagamentos mensais, a uma taxa de 42,6% ao ano.

Observe que o período de capitalização (mensal) não corresponde com o período da taxa de juros (anual), assim, é preciso convertê-la para o período de capitalização. Como

nesse sistema é utilizada a taxa de juros proporcional simples, a taxa praticada será de 3,55% ao mês (42,6/12), obtendo a Tabela 5.

Tabela 5: Sistema Price

<b>Sistema de Amortização Price</b>				
Mês/Período	Saldo devedor	Amortização	Juros	Prestação
0	R\$ 30.000,00			
1	R\$ 29.186,99	R\$ 813,01	R\$ 1.065,00	R\$ 1.878,01
2	R\$ 28.345,12	R\$ 841,87	R\$ 1.036,14	R\$ 1.878,01
3	R\$ 27.473,36	R\$ 871,76	R\$ 1.006,25	R\$ 1.878,01
4	R\$ 26.570,65	R\$ 902,71	R\$ 975,30	R\$ 1.878,01
5	R\$ 25.635,90	R\$ 934,75	R\$ 943,26	R\$ 1.878,01
6	R\$ 24.667,97	R\$ 967,94	R\$ 910,07	R\$ 1.878,01
7	R\$ 23.665,67	R\$ 1.002,30	R\$ 875,71	R\$ 1.878,01
8	R\$ 22.627,79	R\$ 1.037,88	R\$ 840,13	R\$ 1.878,01
9	R\$ 21.553,07	R\$ 1.074,72	R\$ 803,29	R\$ 1.878,01
10	R\$ 20.440,19	R\$ 1.112,88	R\$ 765,13	R\$ 1.878,01
11	R\$ 19.287,81	R\$ 1.152,38	R\$ 725,63	R\$ 1.878,01
12	R\$ 18.094,52	R\$ 1.193,29	R\$ 684,72	R\$ 1.878,01
13	R\$ 16.858,86	R\$ 1.235,65	R\$ 642,36	R\$ 1.878,01
14	R\$ 15.579,34	R\$ 1.279,52	R\$ 598,49	R\$ 1.878,01
15	R\$ 14.254,40	R\$ 1.324,94	R\$ 553,07	R\$ 1.878,01
16	R\$ 12.882,42	R\$ 1.371,98	R\$ 506,03	R\$ 1.878,01
17	R\$ 11.461,73	R\$ 1.420,68	R\$ 457,33	R\$ 1.878,01
18	R\$ 9.990,62	R\$ 1.471,12	R\$ 406,89	R\$ 1.878,01
19	R\$ 8.467,27	R\$ 1.523,34	R\$ 354,67	R\$ 1.878,01
20	R\$ 6.889,85	R\$ 1.577,42	R\$ 300,59	R\$ 1.878,01
21	R\$ 5.256,43	R\$ 1.633,42	R\$ 244,59	R\$ 1.878,01
22	R\$ 3.565,02	R\$ 1.691,41	R\$ 186,60	R\$ 1.878,01
23	R\$ 1.813,57	R\$ 1.751,45	R\$ 126,56	R\$ 1.878,01
24	-	R\$ 1.813,63	R\$ 64,38	R\$ 1.878,01
Total		R\$ 30.000,06	R\$ 15.072,18	R\$ 45.072,24

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

## 2.6 Contabilidade

A Contabilidade, de acordo com Marion (2003), auxilia gestores no processo de tomada de decisões por meio da coleta, mensuração, registro e fornecimento de dados econômicos em forma de relatórios. Por meio da interpretação de tais dados, são obtidas informações capazes de nortear e embasar os gestores em suas tomadas de decisões.

Além de serem utilizados pelos gestores da empresa, tais relatórios também são de grande importância para outros públicos tais como governo, investidores, bancos

fornecedores, sindicatos entre outros. Através das informações contidas nos relatórios contábeis é possível identificar a situação financeira de uma empresa, compreendendo pontos tais como sua capacidade de pagamento, faturamento, grau de endividamento, captações e aplicações de recursos entre outros, além de poder mensurar a produtividade do setor e também obter dados estatísticos. Cada público utiliza as informações divulgadas de acordo com seus objetivos, por exemplo, bancos podem utilizá-las para aprovar empréstimos e determinar a taxa de juros a ser cobrada, os fornecedores podem avaliar a capacidade de pagamento da empresa antes de fornecer compras parceladas e o governo para arrecadar impostos (MARION, 2003).

O uso da contabilidade é muito frequente nas organizações, já que nenhuma empresa é capaz de garantir sua sustentabilidade se não utilizá-las e, além do mais, é fundamental que estas sejam empregadas adequadamente para que as informações obtidas reflitam de fato a realidade empresarial, pois somente assim, seus gestores terão embasamento para entender a realidade e planejar o futuro de maneira adequada. Contudo, a realidade não é a mesma nas Finanças Pessoais: o uso da contabilidade nessa área ainda é pouco conhecido e pouco aplicado, apesar de ser de grande importância.

A contabilidade nas finanças pessoais é útil para melhor visualizar a situação financeira pessoal, permitindo observar quais contas estão consumindo mais capital, onde os recursos estão sendo captados, os custos de financiamentos e empréstimos, entre outros aspectos. Assim, é possível obter informações importantes para controle e tomada de decisões estratégicas como, por exemplo, investimentos e captação de recursos, além de manter maior controle sobre a situação financeira.

### 2.6.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma das principais demonstrações contábeis contidas nos relatórios contábeis e exibe a posição financeira, patrimonial e econômica em determinada data, assim, é como se fosse tirada uma foto da organização em que podem ser visualizados todos os bens e obrigações a pagar ao mesmo tempo.

O Balanço Patrimonial é formado por duas colunas, a primeira para o Ativo e a segunda para o Passivo e Patrimônio Líquido, como observado na Figura 10.

Figura 10: Estrutura do Balanço Patrimonial

<b>Balanço Patrimonial</b>	
<b>Ativo</b> Bens e direitos	<b>Passivo</b> Obrigações a pagar
	<b>Patrimônio Líquido</b>

Fonte: Marion (2003).

Em síntese, o Passivo e o Patrimônio Líquido representam todas as fontes de obtenção de recursos, enquanto o Ativo representa os destinos da aplicação desses recursos, assim, pode-se dizer que o valor do ativo é igual à soma dos valores do passivo e do patrimônio líquido:

$$\text{ATIVO} = \text{PASSIVO} + \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

Halfeld (2004) propõe o modelo de uma balança, conforme a Figura 11, em que os lados se equilibram, reafirmando a equação do balanço patrimonial. Dessa maneira, existem apenas duas opções para se aumentar o patrimônio: aumentando o ativo ou reduzindo o passivo.

Figura 11: Equilíbrio do Balanço Patrimonial



Fonte: Halfeld (2004)

Ativo são todos os bens como casas, terrenos, carros, e também todos os direitos de propriedade, como depósitos em contas bancárias, duplicatas a receber, que podem ser mensurados monetariamente e que implicam em benefícios monetários presentes ou futuros.

As contas do ativo (como por exemplo, poupança, carros, financiamentos) são alocadas de acordo com sua liquidez (facilidade de converter algo em dinheiro). As contas que já são dinheiro ou aquelas que são facilmente convertidas nele são alocadas no Ativo Circulante, enquanto as contas que serão transformadas em dinheiro de forma mais lenta, e conseqüentemente possuem menor grau de liquidez, devem ser alocadas no Ativo Não Circulante. Por fim, as contas que dificilmente serão convertidas em dinheiro, ou seja, que são formadas por aqueles bens que dificilmente serão vendidos ou que são utilizados para manutenção do dia-a-dia, estão no Ativo Permanente (MARION, 2003).

O Passivo inclui todos os débitos, financiamentos e outras obrigações a serem pagas para terceiros no curto e longo prazo; o Patrimônio Líquido e os Lucros Acumulados.

As contas que formam o Passivo e Patrimônio Líquido são relacionadas de acordo com o seu prazo de vencimento: aquelas a serem liquidadas mais rapidamente devem ser alocadas no Passivo Circulante; as contas que serão pagas em um período de tempo maior estão no Passivo Não Circulante; e as contas que não serão pagas, pois é o capital próprio da pessoa, estão no Patrimônio Líquido (MARION, 2003).

#### 2.6.2 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

A DRE é uma demonstração contábil que tem como objetivo apresentar o resultado de uma empresa durante seu Exercício Social. Para Marion (2003), ao término de cada período todas as despesas e receitas são transferidas para a DRE sendo que, no próximo período, serão apuradas as receitas e despesas a partir do zero. Dessa maneira, não são acumuladas receitas nem despesas entre dois anos.

O resultado do exercício de uma empresa pode ser lucro ou prejuízo. O lucro ocorre quando a soma das receitas supera a soma das despesas existentes, e o prejuízo quando a soma das receitas é inferior à das despesas. Assim, pode-se afirmar que a DRE é uma demonstração que visa informar um resumo ordenado das receitas e despesas, facilitando a análise das transações ocorridas.

O Quadro 12 exibe o modelo normalmente utilizado pelas empresas.

Quadro 12: DRE Empresarial

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITA BRUTA		
(-)Deduções		
RECEITA LÍQUIDA		
(-) Custo das Vendas ou dos Serviços		
LUCRO BRUTO (OU PREJUÍZO)		
(-) Despesas Operacionais		
de Vendas		
Administrativas		
Financeiras (deduzida a Receita)		
Outras Despesas Operacionais		
LUCRO OPERACIONAL (OU PREJUÍZO)		
Receitas não Operacionais		
(-) Despesas não Operacionais		
(+/-) Ganhos/Perdas		
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA (OU PREJUÍZO)		
(-) Provisão para o Imposto de Renda		
LUCRO DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA (OU PREJUÍZO)		
(-) Participações de Debêntures		
(-) Participações de Empregados e/ou Administração		
(-) Participações de Partes Beneficiárias		
(-) Contribuições e Doações		
LUCRO LÍQUIDO (OU PREJUÍZO)		
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL		

Fonte: Marion (2003).

A Receita Bruta representa a receita total obtida no período determinado; as deduções são os impostos, as devoluções de vendas, abatimentos e descontos ocorridos no período.

Subtraindo as Deduções da Receita Bruta, chega-se ao Lucro Bruto, que é igual à diferença obtida entre a receita líquida e os custos de mercadorias/serviços vendidos, sem levar em conta as despesas administrativas, de vendas e financeiras.

O Lucro Operacional é o lucro obtido pela atividade operacional da organização. Ele é obtido subtraindo do Lucro Bruto todas as despesas relacionadas à produção e venda dos produtos e também à manutenção da organização, tais como as despesas administrativas, com vendas e financeiras.

As Receitas e Despesas não Operacionais são aquelas que não podem ser incluídas nas contas de vendas, financeiras e nem administrativas. Podem ser elas, por exemplo, receitas obtidas com a venda de sucatas, participações em outras sociedades entre outros.

Por fim, ao se retirar o Imposto de Renda, que incide sobre o lucro da empresa, e a Contribuição Social do Lucro Antes do Imposto de Renda, obtêm-se o Lucro Depois do

Imposto de Renda. Após obter o Lucro Depois do Imposto de Renda, são deduzidas outras contas como participações e contribuições, chegando-se, assim, ao Lucro Líquido (MARION, 2003).

## **2.7 Planejamento Estratégico**

Planejar está relacionado ao ato de antecipar, prever uma situação e se preparar para o futuro, visando reduzir riscos e incertezas a fim de aproveitar as oportunidades existentes. É por meio do planejamento que são definidas as ações necessárias para atingir os objetivos.

No meio corporativo o planejamento é uma ferramenta de grande importância que fornece diretrizes aos gestores, orientando as decisões organizacionais de acordo com o objetivo desejado. Assim, busca-se maior coordenação e controle das atividades organizacionais, bem como evitar ações desnecessárias que fujam do foco. Do mesmo modo nos aspectos pessoais, é por meio do planejamento pessoal que é possível traçar os objetivos desejados e identificar os esforços que serão necessários para obtê-los.

Bitencourt (2004) define planejamento como uma técnica administrativa que através da análise do ambiente conscientiza o indivíduo sobre as ameaças e oportunidades existentes, seus pontos fortes e fracos e, dessa forma, estabelece o propósito a ser seguido para que tais ameaças sejam evitadas e as oportunidades aproveitadas. O planejamento busca proporcionar às organizações uma situação de eficiência, eficácia e efetividade, de acordo com Oliveira (2014), que pode ser aplicado ao aspecto pessoal:

- **Eficiência:** medida individual dos componentes da vida pessoal que se consolida pela ocorrência dos seguintes aspectos: fazer as coisas da maneira adequada; resolver problemas que surgem; salvaguardar os recursos aplicados; cumprir os deveres e responsabilidades e reduzir custos.
- **Eficácia:** medida global dos componentes da vida pessoal que se consolida pela ocorrência dos seguintes aspectos: fazer as coisas certas, aquilo que precisa ser feito; buscar alternativas criativas para as várias situações que surgem; maximizar a utilização dos recursos disponíveis; obter os resultados estabelecidos e esperados nos planejamentos e aumentar a rentabilidade.
- **Efetividade:** é a medida do rendimento global. Caracteriza-se por manter-se alinhado à busca dos objetivos de longo prazo, apresentando resultados positivos ao longo do tempo.

Oliveira (2014) ainda diz que a eficácia das empresas depende basicamente de dois aspectos, que também podem ser tidos como verdadeiros para a vida pessoal, sendo eles: capacidade de identificar as oportunidades e as necessidades do ambiente, onde estão os fatores não controláveis, e flexibilidade e adaptabilidade, visando usufruir das oportunidades existentes.

O planejamento pode ser classificado em três tipos: estratégico, tático e operacional. O planejamento estratégico é o mais abrangente, abordando um período de tempo maior, entre cinco e dez anos. No ambiente organizacional, o planejamento estratégico, de acordo com Lunkes (2011), normalmente envolve informações qualitativas e decide para onde a organização vai, avalia o ambiente no qual ela está inserida e desenvolve estratégias a fim de alcançar o objetivo desejado. O planejamento tático é de médio prazo, fornece aos gestores os objetivos quantitativos e qualitativos que podem ser mensurados, sendo um conjunto de diretrizes a fim de orientar o planejamento operacional. Por fim, o planejamento operacional tem como foco o curto prazo, consistindo em um plano detalhado das operações utilizadas para atingir o objetivo do planejamento.

De forma resumida, a Figura 12 ilustra as principais características de cada tipo de planejamento.

Figura 12: Planejamento e Níveis Organizacionais



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Do mesmo modo, os três tipos de planejamento podem ser aplicados à realidade pessoal, buscando “colocar no papel” os anseios e os caminhos para alcançá-los.

No planejamento estratégico pessoal são abordados os objetivos de longo prazo, em que devem ser respondidas perguntas do tipo: “onde quero estar daqui dez anos?”, tanto em aspectos da vida profissional ou da vida pessoal. Por exemplo, o objetivo de uma pessoa daqui dez anos pode ser o de ocupar uma posição de diretor em uma multinacional, comprar a casa dos sonhos e/ou se aposentar.

## **2.8 Planejamento financeiro**

O planejamento financeiro envolve a formulação de estratégias financeiras que auxiliarão no alcance dos objetivos desejados, definidos no planejamento estratégico. De acordo com Gitman e Madura (2003), o processo de planejamento financeiro tem início com a elaboração dos planos financeiros de longo prazo e, com base na elaboração destes, formulam-se os orçamentos de médio e curto prazo que, de modo geral, são aqueles que sustentam os planos de longo prazo.

No que diz respeito às finanças pessoais, a importância do planejamento financeiro é equivalente a sua importância nas finanças corporativas. Assim como as empresas definem suas metas e traçam planos financeiros para que seja possível alcançá-las, é de suma importância que a pessoa física também estruture planos financeiros que viabilizem atingir seus objetivos pessoais.

Gitman (2009) afirma que a primeira medida a ser tomada para iniciar o planejamento financeiro pessoal é definir as metas de maneira realista:

Você deve estabelecer suas metas financeiras pessoais de maneira cautelosa e realista. Cada meta deve ser bem definida e contar com nível de prioridade, prazo e estimativa de custo. Por exemplo, a meta de médio prazo de alguém no último ano da faculdade em 2009 pode ser a de obter um mestrado, ao custo de \$40.000, até 2012 e sua meta de longo prazo pode ser comprar um apartamento ao custo de \$125.000 até 2016 (GITMAN, 2009, p. 107).

Uma ferramenta muito utilizada no planejamento financeiro empresarial é o orçamento. O orçamento consiste em uma demonstração das entradas e saídas de caixa previstas, sendo um instrumento de planejamento, controle e de mensuração de resultados. Em síntese, seus três principais objetivos são o de planejar entradas e saídas de caixa, comparar resultados realizados com os resultados orçados e criar disciplina de planejamento financeiro.

Uma vez definidos os objetivos e metas durante o planejamento, o orçamento é de grande importância no que diz respeito ao controle, ou seja, auxilia na análise dos resultados

alcançados e se estes condizem com aqueles planejados. Além dessa importância, Correia Neto (2011) ressalta que outra motivação para elaborar o orçamento é a de tornar a administração de recursos financeiros transparente e de fácil entendimento.

Recomenda-se que o orçamento seja elaborado levando em conta o regime de caixa, ou seja, os fluxos de entradas e saídas de caixa sejam registrados de acordo com a realização de tais movimentações financeiras, conforme Correia Neto (2011).

Gitman (2009) apresenta um modelo geral para o orçamento de caixa, conforme a Figura 13.

Figura 13: Formato geral do orçamento de caixa

	Jan.	Fev.	...	Nov.	Dez.
Recebimentos	\$XXX	\$XXG		\$XXM	\$XXT
Menos: desembolsos	XXA	XXH	...	XXN	XXU
Fluxo de caixa líquido	\$XXB	\$XXI		\$XXO	\$XXV
Mais: saldo de caixa inicial	XXC	XXD	XXJ	XXP	XXQ
Saldo de caixa final	\$XXD	\$XXJ		\$XXQ	\$XXW
Menos: saldo de caixa mínimo	XXE	XXK	...	XXR	XXY
Financiamento total necessário		\$XXL		\$XXS	
Saldo excedente de caixa	\$XXF				\$XXZ

Fonte: Gitman (2009, p. 109).

Nesse modelo, os recebimentos são todas as entradas de caixa da organização, enquanto os desembolsos estão relacionados às saídas de caixa, tais como as compras à vista, pagamento de aluguel, juros, impostos entre outros. Subtraindo-se a conta desembolsos dos recebimentos chega-se ao fluxo de caixa líquido. Ao fluxo de caixa líquido, soma-se o saldo de caixa inicial, que é o saldo obtido ao final obtido no período anterior, e subtrai-se o saldo de caixa mínimo, que é o saldo de caixa mínimo desejado do saldo de caixa final. Assim, é obtido o financiamento total necessário (caso o caixa final seja inferior ao saldo de caixa mínimo desejado) ou o saldo excedente de caixa total (caso o caixa final seja superior ao saldo de caixa mínimo desejado).

### 3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2010) as pesquisas podem ser classificadas em três grandes grupos, de acordo com seus objetivos gerais, sendo eles os grupos de pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas.

As pesquisas exploratórias possuem como objetivo principal caracterizar o problema de estudo, proporcionando maior familiaridade com o assunto e aprimoramento de ideias. Tais pesquisas costumam envolver levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos.

As descritivas visam descrever características do objeto de estudo ou estabelecer relações entre variáveis, utilizando técnicas de coleta de dados padronizadas como, por exemplo, questionários e observação sistemática.

As pesquisas explicativas identificam os fatores que determinam e/ou contribuem para que os fenômenos estudados ocorram, aprofundando o conhecimento da realidade e explicando a razão dos acontecimentos. Utilizam-se métodos observacionais e experimentais.

Outro modo de classificação de pesquisas é baseado em seu delineamento, ou seja, são classificadas com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados. Gil (2010) segmenta as pesquisas em dois grandes grupos: o primeiro é composto pelas pesquisas bibliográficas e documentais, cujas informações provêm de informações documentadas ou fornecidas por pessoas; o segundo é o das pesquisas experimentais, *ex-post facto*, levantamento e estudo de caso.

As pesquisas bibliográficas e documentais são muito semelhantes no que diz respeito à análise, contudo, diferem na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica utiliza livros, artigos e outros trabalhos de diversos autores, ao passo que a pesquisa documental faz uso de materiais com fontes mais dispersas e sem tratamento analítico.

Assim, pode-se classificar o presente estudo como uma pesquisa exploratória, bibliográfica. Classifica-se como exploratória, pois sua finalidade é proporcionar à pessoa física maior familiaridade com as teorias de finanças, além de adaptar essas teorias para aplicação no universo da pessoa física. Quanto ao seu delineamento, classifica-se como bibliográfica uma vez que seu desenvolvimento é baseado em livros, artigos acadêmicos e outras publicações de caráter informativo.

Como o objetivo principal deste trabalho é o de propor ferramentas de gestão financeira pessoal, adaptando a visão financeira corporativa à visão financeira pessoal, antes de tudo, é preciso contextualizar o ambiente financeiro no qual os leitores estão inseridos, para depois adaptar técnicas do meio empresarial. Dessa maneira, pode-se classificar este trabalho, no que

diz respeito à abordagem, em duas categorias: contextualização e adaptação, sendo que ambas foram mescladas no decorrer deste estudo.

Assim, para o desenvolvimento deste trabalho foram selecionados materiais acadêmicos tidos como referência nacional e/ou internacional em Finanças Corporativas, com o intuito de contextualizar o leitor acerca deste assunto e, a partir daí, adaptou-se a teoria à realidade da pessoa física, de acordo com as possibilidades e limitações de cada caso.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após entender o complexo ambiente financeiro ao qual a pessoa física está inserida, bem como sua relevante atuação no desenvolvimento sustentável da economia, compreende-se que as finanças pessoais devem ser geridas de maneira responsável e planejada. Para isso, como resultado deste trabalho, propõem-se cinco ferramentas de gestão, sendo duas relacionadas ao planejamento e três ao controle.

As ferramentas relacionadas ao planejamento são o Planejamento Estratégico e o Planejamento Estratégico Financeiro, enquanto as ferramentas de controle são o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Orçamento Financeiro.

Antes de apresentar e discutir acerca das ferramentas, é de grande importância definir o conceito de curto e longo prazo para as finanças pessoais. Em Contabilidade Empresarial, entende-se como longo prazo o período de tempo superior a um ano ou ao ciclo operacional da empresa, que é tempo ocorrido entre a compra de matéria-prima até o recebimento da venda do produto, caso este seja maior que um ano. O curto prazo é período de tempo igual ou inferior a um ano ou ao ciclo operacional.

Portanto, para Ciclo Operacional inferior a um ano, posicionando-se na data do encerramento do Balanço, tudo o que será realizado (transformado) em dinheiro no próximo exercício social (ano) será classificado como circulante. Todavia, se o Ciclo Operacional for superior a um ano, vamos admitir 18 meses, tudo o que será realizado (transformado) em dinheiro até essa data é Curto Prazo (circulante) e após os 18 meses será Longo Prazo. Concluindo, Curto Prazo será um ano ou o tempo do Ciclo Operacional, valendo aquele que for maior. (MARION, 2003, p. 67)

Este período de um ano é adotado por convenção e é chamado de Exercício Social, ou seja, o período de 12 meses no qual ao seu término as empresas apuram seus resultados.

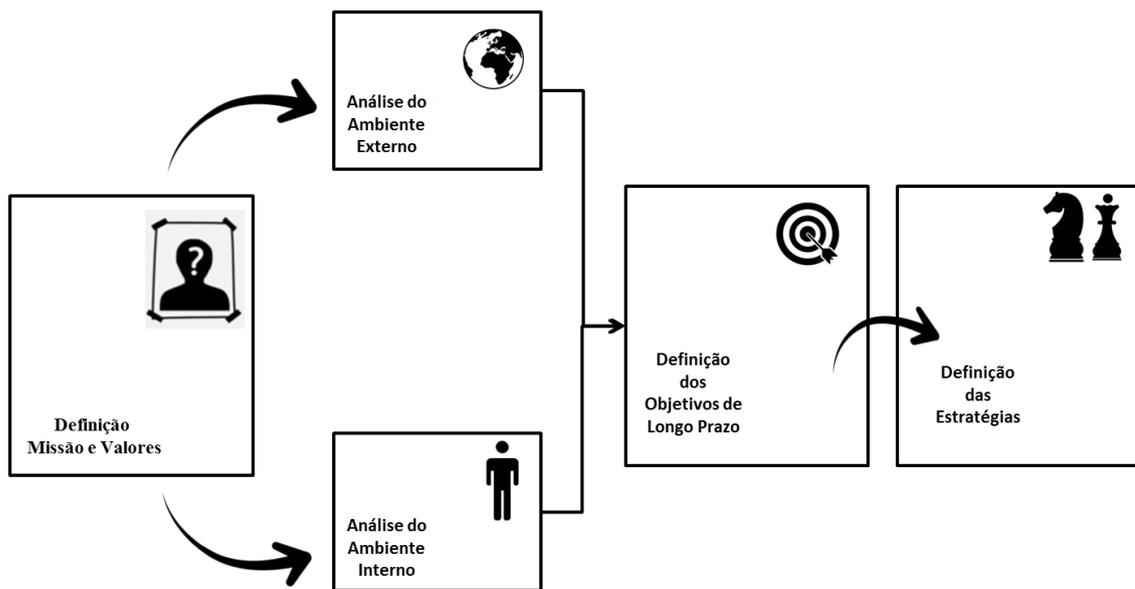
Sendo assim, nesta proposta, o ciclo operacional da pessoa física será considerado o período de um ano, com início em janeiro e término em dezembro, em virtude de que grande parte das atividades da pessoa física está condicionada neste período, como por exemplo, o ano escolar, a incidência de impostos, seguros entre outros. Assim, o período de longo prazo da pessoa física será aquele superior a um ano, e o curto prazo o período igual ou inferior a um ano.

## 4.1 Ferramentas de Planejamento

Retomando as considerações de Bitencourt (2004) e Oliveira (2014) acerca do planejamento estratégico, conclui-se que ambos o veem como uma ferramenta capaz de reunir informações a fim de definir objetivos e caminhos para alcançá-los, otimizando recursos. Assim, a proposta de planejamento estratégico pessoal deste trabalho busca levar à pessoa física realizar ampla análise de diferentes aspectos que a cercam, definir seus objetivos de maneira fundamentada, bem como os caminhos para atingi-los.

Propõem-se, para elaboração do planejamento estratégico pessoal, os seguintes passos: definição da missão e valores pessoais; análise do ambiente; definição dos objetivos de longo prazo e definição das estratégias. A Figura 14 ilustra o modelo proposto de planejamento estratégico pessoal.

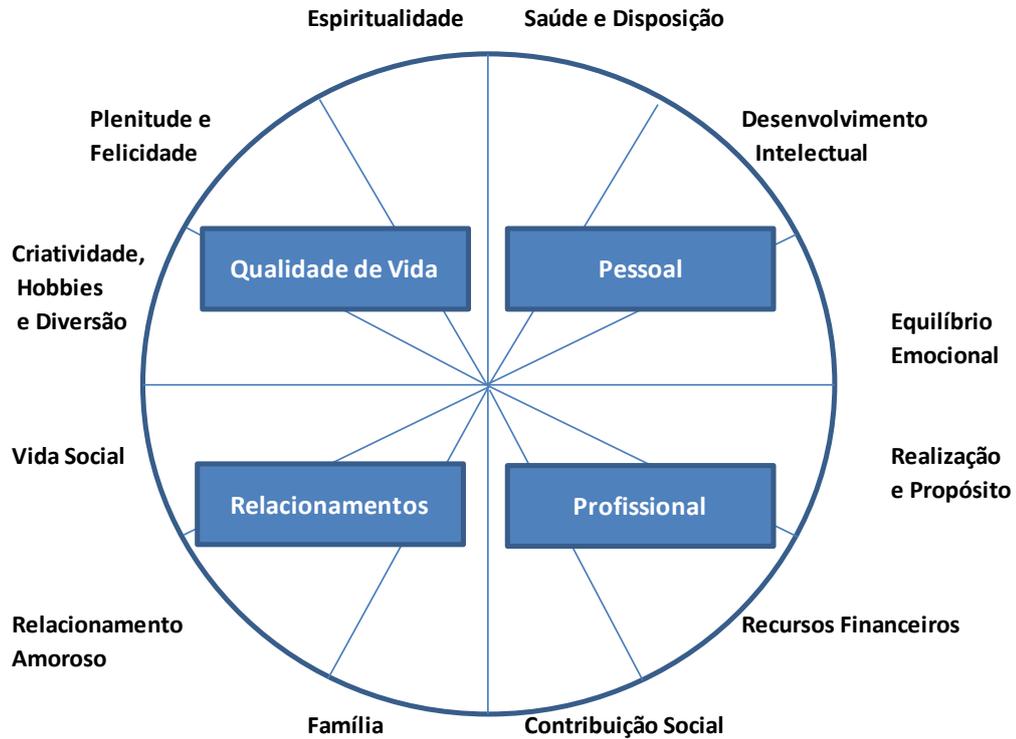
Figura 14: Modelo de Planejamento Estratégico Pessoal



Fonte: elaborado pela autora (2015).

Ao iniciar o planejamento estratégico é importante ter em mente a missão e os valores pessoais. Tal análise pode ser iniciada por meio da avaliação do nível de satisfação em relação a quatro aspectos: pessoal, relacionamento, profissional e qualidade de vida; conforme recomenda a Sociedade Brasileira de Coaching, em que tais itens devem receber notas de acordo com o atual nível de satisfação, conforme a Figura 15.

Figura 15: Avaliação Interna



Fonte: Matta e Victória (sem data).

Após avaliar os itens, é preciso escolher quais dessas áreas que, ao receberem um pouco mais de foco, influenciarão positivamente um maior número de outras áreas, definindo-as como áreas prioritárias e/ou de alavanca.

No ambiente organizacional, a missão é a razão de ser da empresa, segundo Oliveira (2014). Do mesmo modo, aplicando tal conceito ao aspecto pessoal, a missão é norte, guiando o caminho a seguir, é o que alguém precisa fazer para se sentir completo como ser humano, é o porquê de existir. De acordo com Matta e Victória (sem data, p. 193), da Sociedade Brasileira de Coaching, a missão pessoal pode ser definida como um propósito que atrai a pessoa para a vida, podendo ser elaborada por meio de seis passos:

1º passo - Identificar cinco principais características ou talentos: são os maiores talentos e as primeiras características que vem à mente ao pensar em si próprio;

2º passo – Descrever os comportamentos que indicam os talentos ou as características identificados no primeiro passo;

3º passo – Identificar os cinco principais objetivos pessoais/profissionais a serem atingidos no período de um ano, a partir de hoje;

4º passo – Identificar o objetivo financeiro a ser atingido no período de um ano, a partir de hoje;

5º passo – Selecionar três principais características/talentos e os comportamentos que os evidenciam;

6º passo – Elaborar a missão. Pode ser utilizada como modelo a seguinte estrutura “Ser \_\_\_\_\_ (talentos), por meio de \_\_\_\_\_ (comportamentos), para conquistar \_\_\_\_\_ (objetivos)”.

Após definida a missão, é preciso definir os valores. Os valores pessoais podem ser definidos como os princípios pelos quais as atitudes são determinadas. Matta e Victória (sem data, p. 205) orientam que sejam respondidas as seguintes perguntas a fim de identificar valores pessoais:

- Por que tal objetivo é importante? O que a realização dele lhe trará?
- Pense nas coisas que são mais importantes para você. O que elas lhe proporcionam?
- O que é mais importante para você na sua vida? Qual o sentimento que isso lhe traz?
- Por que isso é importante para você?
- Você pode se lembrar de algum comportamento indesejado? Se apenas esse comportamento lhe trouxesse benefício, qual seria? O que esse comportamento lhe proporciona?

Após a definição da missão de vida e dos valores pessoais, inicia-se a análise do ambiente externo e interno. O ambiente externo se refere ao cenário econômico, ao mercado de trabalho entre outros fatores aos quais a pessoa está exposta, direta e indiretamente, e que são incontrolláveis por ela. O ambiente interno está relacionado às finanças pessoais, à disponibilidade de recursos, às habilidades pessoais, à capacidade de se desenvolver entre outros, ou seja, aos fatores que podem ser controlados pela pessoa física.

No ambiente empresarial, a fim de entender os fatores mencionados acima, faz-se o uso da ferramenta de análise SWOT. O termo SWOT significa forças (*strengths*), fraquezas (*weakness*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) sendo que, por meio dessa ferramenta, é possível analisar os pontos fortes e fracos do ambiente interno, bem como as ameaças e oportunidades do ambiente externo.

Ao levantar o conteúdo abordado na SWOT, forma-se o Quadro 13, permitindo uma visão ampla e conjunta dos diversos fatores que interferem no planejamento estratégico.

Quadro 13: SWOT

	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	FORÇAS	FRAQUEZAS
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

Fonte: elaborado pela autora (2015).

No primeiro quadrante “Forças” devem ser listados os fatores pessoais que são tidos como pontos fortes como, por exemplo, qualidades, virtudes, disponibilidade de recursos e conhecimentos. No quadrante 2 “Fraquezas” estão os fatores pessoais tidos como negativo e que precisam ser melhorados, tais como os defeitos, dificuldades, principais fraquezas. No quadrante 3 “Oportunidades” devem ser levantadas as oportunidades existentes no ambiente que poderão aumentar os pontos positivos e contribuir para o alcance dos objetivos como o desenvolvimento de nova habilidade ou oportunidade de comprar moeda estrangeira por menor preço, por exemplo. Por fim, no quadrante 4 “Ameaças” estão os fatores externos que podem contribuir de modo negativo em relação ao alcance dos objetivos, como por exemplo alteração da legislação e mudanças bruscas da economia.

A terceira etapa consiste na definição dos objetivos de longo prazo. Ainda que os objetivos já tenham sido levantados anteriormente durante a definição da missão, nesta etapa eles devem ser repensados bem como analisados com base nas informações do cenário interno e externo obtidas durante a análise SWOT. Assim, os objetivos são definidos de maneira realista e fundamentada. Após definir os objetivos, deve-se ter em mente que serão utilizados como metas.

Ao definir os objetivos estratégicos, recomenda-se utilizar o Quadro 14 como suporte para levantar e organizar os objetivos de médio e curto prazos, bem como as estratégias necessárias para alcançá-los. Consiste em uma forma de reunir e sintetizar as informações.

Quadro 14: Objetivos, visão geral

	Plano Estratégico	Plano Tático		Plano Operacional	
	Objetivo	Atividades Necessárias	Prazo	Atividades Necessárias	Prazo
<b>Pessoal</b>					
<b>Profissional</b>					

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Após definir o planejamento estratégico pessoal, é possível iniciar o planejamento financeiro pessoal, que deverá viabilizar de modo financeiro o alcance dos objetivos. São sugeridas as seguintes etapas para elaborar o planejamento financeiro:

**1º passo: entender a atual situação financeira**

É preciso analisar a disponibilidade de recursos, o endividamento entre outros fatores a fim de entender a atual estrutura financeira. Os demonstrativos financeiros (balanço patrimonial, demonstração do resultado e fluxo de caixa) servirão de base para tal análise.

**2º passo: mensurar o custo financeiro do objetivo**

Aqui, procura-se levantar o quanto de recurso financeiro será necessário para atingir o objetivo determinado no planejamento estratégico.

**3º passo: definir metas**

**4º passo: elaborar o orçamento**

No orçamento são levantadas todas as receitas e despesas possíveis que serão realizadas no curto, médio e longo prazo.

**5º passo: acompanhamento do plano financeiro (monitoramento)**

O objetivo desta etapa é acompanhar o andamento do orçamento, utilizando ferramentas de controle.

### 6º passo: realizar ajustes, caso necessário

Deve-se ressaltar que o planejamento financeiro pessoal não é inflexível, assim, pode e deve ser alterado caso haja necessidade. Contudo, é importante que o planejador tenha foco em seus objetivos e utilize as ferramentas necessárias para atingi-los.

## 4.2 Ferramentas de Controle

Como ferramentas de controle, são propostos o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e o orçamento financeiro, já que nelas é possível visualizar a situação financeira por completo, bem como acompanhar o comportamento de cada conta.

O balanço patrimonial pode ser elaborado antes do término do período do Exercício Social, por exemplo, mensalmente. Contudo, as alterações ocorridas no período entre duas demonstrações podem ser mais bem visualizadas quando analisadas em um maior espaço de tempo. Dessa maneira, recomenda-se que o Balanço Patrimonial da Pessoa Física seja elaborado anualmente.

O Quadro 15 exhibe a proposta de modelo do Balanço Patrimonial para Pessoa Física:

Quadro 15: Balanço Patrimonial da Pessoa Física

<b>BALANÇO PATRIMONIAL PESSOAL</b>	
<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>
Disponíveis	Contas a Pagar
Poupança	Impostos e taxas
Contas a receber	Financiamentos
Estoque	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>
Investimentos	Financiamentos
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
Carro	
Imóveis	
Propriedades para Investimento	
<b>Total Ativo</b>	<b>Total Passivo</b>

Fonte: elaborado pela autora (2015).

O ativo circulante é composto pelos bens e direitos de maior liquidez do que os existentes no ativo não circulante, ou seja, por aqueles que já são dinheiro ou que são facilmente convertidos nele, conforme Marion (2003). Assim, levando em consideração a contabilidade empresarial, propõe-se que o ativo circulante da pessoa física seja composto pelo disponível, que é o dinheiro em carteira e o saldo das contas bancárias; pelas aplicações financeiras de maior liquidez; pelos recebíveis, os valores que ainda serão recebidos e pelo estoque que é, por exemplo, o estoque de alimentos, bebidas e produtos de limpeza mantidos na dispensa.

O ativo não circulante compreende os bens e direitos com menor liquidez, cujo prazo de realização é superior ao Exercício Social. Propõe-se como componentes desse bloco de contas as aplicações financeiras, impostos a recuperar, empréstimos de longo prazo feitos aos parentes ou amigos entre outros.

O ativo não circulante é dividido em imobilizado e investimentos. O imobilizado é todo bem adquirido que é caracterizado por apresentar natureza relativamente permanente e também possuir baixa liquidez. Quando se pensa em bens, primeiramente vêm à mente aqueles de alto valor, que requerem grande investimento, como terrenos, imóveis e automóveis. Contudo, também são considerados imobilizados bens como móveis, utensílios domésticos e coleções, por exemplo. Os investimentos são as aplicações relativamente permanentes com o intuito de render receitas no longo prazo.

O passivo circulante contém as obrigações incorridas no curto prazo, são aquelas contas cujos vencimentos ocorrerão no período de um ano. As contas que compõem o passivo circulante da pessoa física são as contas a pagar, como os cheques pré-datados e cartões de crédito, os empréstimos, impostos, salários entre outros, sempre com vencimentos inferiores a um ano.

No passivo não circulante das empresas encontram-se as obrigações de longo prazo. Assim, o passivo não circulante da pessoa física deverá conter o valor total dos empréstimos e financiamentos contraídos pelo indivíduo que deverão ser pagos no longo prazo.

O patrimônio líquido é igual à diferença entre o ativo e o passivo, representando o volume de recursos próprios. Ross, Westerfield e Jordan (2000) afirmam que o patrimônio líquido reflete o valor residual que pertenceria à pessoa caso ela vendesse todos os seus ativos e os usasse para pagar todas as suas obrigações. Sendo assim, o patrimônio líquido da pessoa física deve ser composto pelo valor do ativo total menos os valores do passivo circulante e não circulante.

Antes de apresentar a Demonstração do Resultado da Pessoa Física, recomenda-se um novo ponto de vista acerca das despesas: seus grupos e frequência de ocorrência. A fim de evitar que alguma despesa seja esquecida, é aconselhado relacioná-las de acordo com os grandes grupos: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, transporte, vestuário e outros. O Quadro 16 sugere uma forma de alocação de contas:

Quadro 16: Grupos de Despesas

<b>Grandes Grupos</b>	<b>Exemplos de Contas</b>
Moradia	Aluguel, prestação da casa, condomínio, seguro, IPTU, energia
Alimentação	Compras em supermercados, açougues, padarias
Educação	Mensalidade escolar, material didático, curso de idiomas
Saúde	Convênio médico, convênio odontológico, farmácia
Transporte	Ônibus, combustível, prestações do veículo, seguro, IPVA, transporte público, manutenção
Lazer	Cinema, teatro, viagens, restaurantes
Despesas Financeiras	Juros, tarifas
Vestuário	Roupas, calçados
Outros	Qualquer conta que não se encaixe nos outros grupos

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Tais desembolsos podem ser classificados em fixos ou variáveis. Os fixos são aqueles que ocorrem com frequência definida e possuem valores já conhecidos ou aproximados, como o valor do aluguel e da conta de energia. Os variáveis são aqueles gastos que não ocorrem com frequência definida, mas sim de acordo com as necessidades do dia-a-dia, como a compra de um presente, a ida ao cinema ou gastos em restaurantes. É importante ressaltar que as despesas que são fixas para uma pessoa podem não o ser para outras, ou seja, dependem das preferências e estilo de vida como, por exemplo, uma pessoa que frequenta uma academia tem a mensalidade desta como uma despesa fixa.

Dessa maneira, os gastos fixos costumam ser aqueles necessários para a manutenção das atividades mais básicas e necessárias do dia-a-dia, enquanto os variáveis são gastos com itens mais supérfluos, que podem ser mais facilmente reduzidos e, até mesmo cortados das contas sem causar grandes danos.

Após discorrer acerca das despesas fixas e variáveis, pode-se abordar a DRE da pessoa física.

A DRE, assim como o balanço patrimonial, pode ser elaborada mensalmente. Adaptando o modelo empresarial recomendado por Marion (2003) às organizações conforme o Quadro 12 apresentado anteriormente, bem como à Lei Nº 6.404 (1976), em que a DRE deve discriminar as contas em grupos de receitas (serviços e produtos), custos, despesas (com vendas, financeiras, gerais e administrativas), lucro ou prejuízo operacional, imposto de renda, por fim, obtendo o resultado do exercício, sugere-se o padrão adaptado às finanças pessoais, exibido pelo Quadro 17.

Quadro 17: DRE Pessoal

<b>DRE PESSOAL</b>	
<b>Receita Bruta</b>	
(+) Receita A	
(+) Receita B	
(+) Receita N	
(-) Deduções	
<b>Receita Líquida</b>	
<b>Despesas Fixas</b>	
(-) Despesa Fixa A	
(-) Despesa Fixa B	
(-) Despesa Fixa N	
<b>Resultado Primário</b>	
<b>Despesas Variáveis</b>	
(-) Despesa Variável A	
(-) Despesa Variável B	
(-) Despesa Variável N	
<b>Resultado Secundário</b>	
<b>Despesas Financeiras</b>	
(-) Despesas Financeiras A	
(-) Despesas Financeiras B	
(-) Despesas Financeiras N	
<b>Resultado Final</b>	

Fonte: elaborado pela autora (2015).

De modo semelhante ao recomendado, no modelo proposto faz-se as alocações das contas pessoais em grandes grupos. A Receita Bruta é a soma de todas as receitas recebidas, por exemplo, salário, aluguel e outras rendas extras, sem desconto algum. As Deduções são todos abatimentos realizados na Receita, como por exemplo, INSS, Imposto de Renda, contribuição sindical entre outros. A Receita Líquida é a diferença entre a Receita Bruta e as Deduções, ou seja, aquilo que está disponível para ser utilizado.

Após a Receita Líquida, há o grupo das Despesas Fixas que, subtraindo-o da Receita Líquida, encontra-se o Resultado Primário, representando o saldo disponível após arcar com todas aquelas despesas listadas como essenciais para a manutenção do dia-a-dia.

Do Resultado Primário retiram-se as Despesas Variáveis para obter o Resultado Secundário, que é o saldo disponível após todas as despesas extras relacionadas às atividades do dia-a-dia e também àquelas extras.

Por fim, do Resultado Secundário retiram-se todas as Despesas Financeiras, que são aquelas incorridas com juros de empréstimos e financiamentos, tarifas bancárias entre outros, chegando ao Resultado Final. Se o Resultado Final for negativo, significa que a Receita não foi suficiente para arcar com o custo de vida; se for positivo, significa que foi possível arcar com todas as despesas, restando recursos que podem ser investidos e gerar renda extra.

Quanto ao orçamento financeiro pessoal, importante ferramenta do planejamento financeiro, este deve ser elaborado levando em consideração as entradas e saídas de caixa, conforme orienta Correia Neto (2011). Como proposta, pode-se utilizar a estrutura da DRE (modo pelo qual as contas estão dispostas), e aplicá-la ao processo orçamentário.

Como sugestão deste trabalho, o processo orçamentário foi dividido em cinco etapas:

- Estabelecer o período temporal do orçamento: definir quantos períodos serão elaborados. Recomenda-se que o período seja de um ano e sejam utilizadas bases mensais, assim, serão projetados 12 meses.
- Estabelecer premissas: o objetivo principal do estabelecimento de premissas é o de orientar as estimativas dos valores futuros de cada item. Pode-se levar em conta os valores históricos de cada item, a variação ocorrida em tais itens nos últimos anos e meses/anos atípicos, que podem interferir no valor das projeções.
- Estabelecer o plano de contas do orçamento: realizar a projeção das entradas e saídas de caixa e, conseqüentemente, dos resultados. Para isso, devem ser levadas em consideração todas as possíveis entradas de caixas, como renda fixa do trabalho, bonificações, remuneração variável, renda de aluguéis entre outros. Deve-se estimar as

saídas de caixa, como contas com moradia, alimentação, educação, transporte, lazer entre outros.

- Executar orçamento: é a etapa de acompanhamento do orçamento. Assim, com base no fluxo de caixa realizado, verifica-se se o valor realizado é compatível ao valor orçado.
- Revisar orçamento: são os ajustes que devem ser realizados no fluxo de caixa projetado em virtude das mudanças ocorridas como, por exemplo, nas taxas impostas pelo governo ou até mesmo pelo aumento da família. Dessa maneira, é importante que haja revisões periódicas no orçamento.

## **5 CONCLUSÃO**

Diante da complexidade do ambiente no qual a pessoa física está inserida, conforme apresentado no decorrer deste trabalho, conclui-se que ferramentas de gestão financeira pessoal capazes de criar senso de controle e planejamento são de grande importância para que as finanças pessoais possam ser geridas de modo racional, planejado e baseado em informações concretas contribuindo, deste modo, para a sustentabilidade financeira da pessoa física bem como para o sistema financeiro no qual esta atua.

Como limitação deste trabalho está o nível de utilização das ferramentas propostas no dia a dia da pessoa física. Sendo assim, como sugestão para novos estudos, está a criação de ferramentas para viabilizar o uso de tais ferramentas do dia a dia, como aplicativos de celular e/ou computador, por exemplo, visando tornar simples e ágil a alocação de receitas e despesas, bem como a gestão financeira pessoal.

## REFERÊNCIAS

ANDREZO, A. F.; LIMA, I.S. **Mercado Financeiro: Aspectos Conceituais e Históricos**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ARAÚJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. **Educação Financeira para um Brasil Sustentável: Evidência da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão**. Jun.2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Selic – Conceito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SELICCONCEITO>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Reformulação dos Meios de Pagamento - Notas Metodológicas**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/NM-MeiosPagAmplp.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Séries temporais**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Política Monetária e Operações de Crédito do SFN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 06 jun. 2015a.

\_\_\_\_\_. **Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 11 abr. 2015b.

BANCO MUNDIAL. **What we do**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/what-we-do>>. Acesso em: 15 abr. 2014a.

\_\_\_\_\_. **About us**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,contentMDK:23063010~menuPK:8336848~pagePK:50004410~piPK:36602~theSitePK:29708,00.html>>. Acesso em: 15 abr. 2014b.

\_\_\_\_\_. **About us**. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx> />. Acesso em: 20 mar. 2014c.

BID. **Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/sobre-o-banco-interamericano-de-desenvolvimento,5995.html>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

BIS. **About BIS**. Disponível em: <<https://www.bis.org/about/index.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BITENCOURT, C. M. G. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BM&FBOVESPA, **Bolsa de Mercadorias e Futuros & Bolsa de Valores São Paulo**, 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/merccap.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

BODIE, Z.; MERTON, R.C. **Finanças**. Porto Alegre: Bookman, 1999.

BRASIL. **Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica**. Disponível em: <[https://www1.fazenda.gov.br/spe/novo\\_site/home/pol\\_macro.html](https://www1.fazenda.gov.br/spe/novo_site/home/pol_macro.html)>. Acesso em: 02 abr. 2014.

CORREA NETO, J. F. **Planejamento e Controle Orçamentário**: manual de orçamento empresarial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

COSTA, F. N. Bancos e Crédito no Brasil: 1945-2007. **História e Economia Revista Interdisciplinar**, v. 4, n. 2, p.133-160, jul. 2008.

FERREIRA, J. B.; ROCHA, A.; SILVA, J. F. **Administração de Marketing**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro**: produtos e serviços. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

G20. **The group of twenty**: about G20. Disponível em: <[https://www.g20.org/about\\_G20](https://www.g20.org/about_G20)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

GALVÃO, A.; OLIVEIRA, V.I.; RIBEIRO, E. **Mercado Financeiro**: uma abordagem prática dos principais produtos e serviços. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GARCIA, M. E.; VASCONCELLOS, M.A.S. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 10ª Edição. São Paulo: Pearson, 2004.

\_\_\_\_\_. **Princípios de Administração Financeira**. 12ª Edição. São Paulo: Pearson, 2009.

GITMAN, L. J.; MADURA, J. **Administração Financeira**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Pearson, 2003.

HALFELD, M. **Investimentos**: como administrar melhor seu dinheiro. 2ª Edição. São Paulo: Fundamento, 2004.

IMF. International Monetary Fund. **What we do**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/about/whatwedo.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2014a.

\_\_\_\_\_. International Monetary Fund: **Our work**. Disponível em:  
<<http://www.imf.org/external/about/ourwork.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2014b.

INFOMONEY. **Ciclo financeiro da vida**: poupar e acumular um patrimônio é a única opção. Disponível em:  
<<http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=712354&path=/suasfinancas/>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12ª Edição. São Paulo: Pearson, 2006.

Lei Nº 6.404 (1976). Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LUNKES, R. J. **Manual de Orçamento**. 2º Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. 3ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia**. 5ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 10ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MATTA, V.; VICTORIA, F. **Personal & Professional Coaching**. Sociedade Brasileira de Coahcing. São Paulo: SBCOACHING. Sem data.

MATIAS, A. B. **Análise Financeira Fundamentalista de Empresas**. São Paulo: Editora Atlas. 2009.

MATIAS, A. B. **Finanças Corporativas de Curto Prazo**: a gestão do valor do capital de giro. São Paulo: Editora Atlas. 2007.

MENDES, L. S.; RIBEIRO, E. **Sistema Financeiro Nacional**. In: GALVÃO, A.;

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em:  
<http://www.previdencia.gov.br/inicial-inscricao-o-que-e/>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

MOCHÓN, F. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pearson, 2007.

NETO, A. M., **Taxas de juros e câmbio**: efeitos dos juros e do câmbio sobre a indústria. Seminário apresentado à Comissão de Finanças e Tributação. Maio, 2010. Disponível em:<<http://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/bancodeslides/apresentacao-armando-monteiro%20-%20CNI.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologias e práticas. 32ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

OLIVEIRA, V. I.; RIBEIRO, E. **Mercado Financeiro**: Uma abordagem prática dos principais produtos e serviços. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 11-62.

PEREIRA, G. M. G. **A energia do dinheiro**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1964.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de Administração Financeira.** 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Previdência Complementar:** cartilha do participante, 2008. Disponível em: <<http://www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/GuiaDoParticipante.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

TESOURO NACIONAL. **Resultado do tesouro nacional.** Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/politica-fiscal/planejamento-fiscal/resultado-tesouro-nacional>>. Acesso em: 04 abr. 2014.